

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
CURSO DE HISTÓRIA

**A INSTRUÇÃO PARAIBANA CONTADA ATRAVÉS DOS IMPRESSOS
JORNALÍSTICOS DO SÉCULO XIX (1858-1889)**

THIAGO OLIVEIRA DE SOUZA

ORIENTADOR (A): CLÁUDIA ENGLER CURY

**JOÃO PESSOA – PB
2010**

**A INSTRUÇÃO PARAIBANA CONTADA ATRAVÉS DOS IMPRESSOS
JORNALÍSTICOS DO SÉCULO XIX (1858-1889)**

THIAGO OLIVEIRA DE SOUZA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina Metodologia da História II em cumprimento as exigências da mesma para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador (a): Prof^a Dr^a Cláudia Engler Cury

João Pessoa –PB
2010

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Souza, Thiago Oliveira de

A Instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do Século XIX (1858-1889) / Thiago Oliveira de Souza. - João Pessoa, 2010.

57f. : il.

Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba
- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury

1. História. 2. Instrução paraibana- Séc XIX. 3. Impressos jornalísticos. I.Título.

BSE-CCHLA

CDU 930

**A INSTRUÇÃO PARAIBANA CONTADA ATRAVÉS DOS IMPRESSOS
JORNALÍSTICOS DO SÉCULO XIX (1858-1889)**

THIAGO OLIVEIRA DE SOUZA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gustavo Tavares da Silva
Prof. da disciplina Metodologia da História II - UFPB

Prof^a Dr^a Cláudia Engler Cury
Orientadora – UFPB

Prof^a Dr^a Mauricéia Ananias
Prof. Leitor. UFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois acredito que se Ele não permitisse não seria possível ao menos iniciar esse trabalho.

A minha família, José Venâncio de Souza Filho, Efigênia Oliveira de Souza e Thaís Oliveira de Souza, pelo apoio, incentivo e compreensão durante todo o curso.

A Prof.^a Cláudia Engler Cury, pela paciência, opiniões, sugestões e críticas sobre o trabalho.

A Itacyara Viana Miranda e Maday de Souza Morais pela importante contribuição na pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), pelo suporte oferecido.

RESUMO

Este trabalho monográfico busca contribuir com a história da educação paraibana apreendendo o que foi escrito sobre a instrução pública e privada na imprensa da segunda metade do oitocentos (1858-1889). Encontramos no ano de 1858 a primeira matéria que trata da educação, por isso nossos estudos iniciam nesta data, por sua vez, enceramos nosso recorte temporal em fins de 1889, quando o Brasil deixa de ser uma monarquia e passa a trilhar os caminhos republicanos. Entre outras coisas, procuramos entender, inicialmente, de que forma o jornalismo da Paraíba imperial estava estruturado e quais periódicos circulavam no período, bem como as relações de poder e compadrio existentes. Após esta etapa inicial foram catalogados dez jornais com o intuito de apreender de que forma a educação paraibana é representada nesta documentação. O jornal se constitui como fonte de extrema importância para as pesquisas históricas, tendo em vista a diversidade de discursos. A documentação obtida é bastante plural, ou seja, abarca praticamente todas as questões relativas à instrução paraibana. Temos matérias sobre legislação, professores, estudantes, diretores da instrução pública e debates os mais diversos sobre a situação da educação na província da Parahyba do Norte. O local que proporcionou tão rico material foi o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. A pesquisa durou um ano e esteve vinculada à iniciação científica.

Palavras-chave: História. Instrução paraibana - Séc XIX. Impressos jornalísticos.

Sumário

1. CAPÍTULO I: A GÊNESE DO PROBLEMA.....	02
1.1 Percurso da pesquisa	03
1.2 Contextualização histórica.....	05
1.3 Os jornais e os jornalistas paraibanos do século XIX (1858-1889).....	08
1.4 As tiragens dos jornais.....	14
1.5 A importância do sistema ferroviário para o desenvolvimento da imprensa.....	17
2 CAPÍTULO 2 : A INSTRUÇÃO NA PERSPECTIVA DOS JORNALISTAS PARAIBANOS.....	20
3 CAPÍTULO 3: OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO.....	36
Considerações finais.....	47
Referências.....	49
Anexo A.....	52
Anexo B.....	53
Anexo C.....	54
Anexo D.....	55

Capítulo 1 : A gênese do problema

O presente capítulo tem o propósito de inserir o leitor na temática trabalhada, com o intuito de expor nosso problema. A princípio, pode parecer um pouco deslocado e sem uma função prática. Mas, aviso de antemão que ao final destas páginas iniciais esperamos que o seu propósito seja entendido.

O objeto de estudo que guiará nossa exposição durante todo este trabalho monográfico é a instrução paraibana do oitocentos e todos que dela eram sujeitos. Para tanto, utilizamos como fonte primária os periódicos paraibanos do período compreendido entre 1858 a 1889. Buscamos, desta forma, entender de que forma a educação aparecia neste meio de comunicação e de que maneira se desenvolviam os debates.

Mas, uma pesquisa que visasse apenas este propósito, ao nosso ver, estaria incompleta. Acreditamos que tão importante quanto o debate já citado é entender a sociedade da época, afim de contextualizar a forma como este saber foi produzido. Certa feita, o historiador inglês Edward Carr (2002 : 58), em seu livro *Que é história* faz uma observação muito interessante:

Em primeiro lugar, os fatos da história nunca chegam a nós ‘puros’, desde que eles não existem e nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refratados através da mente do registrador. Como consequência, quando pegamos um trabalho de história, nossa primeira preocupação não deveria ser com os fatos que ele contém, mas com o historiador que o escreveu.

Acompanhando este raciocínio, é interessante levarmos em consideração em nossa análise os jornalistas que escreviam nestes periódicos, tendo em vista que o meio social em que estavam inseridos influenciava na escrita. Relações de poder, compadrio, contendas particulares se faziam presentes nos discursos por eles implementados na fala jornalística.

Outro ponto interessante que será problematizado é o possível alcance destes discursos. Apenas a elite letrada tinha acesso a este conhecimento? As camadas menos abastadas ficaram totalmente alijadas deste processo? Alguns elementos podem trazer a luz da contemporaneidade possíveis soluções para estas indagações. Trabalhamos com as tiragens de alguns jornais e com os recenseamentos populacionais disponíveis, com o intuito de melhor entender este quadro.

No final do capítulo serão tratadas as possíveis dificuldades de circulação dos jornais no oitocentos. Vivemos em um mundo onde a velocidade da informação é a tônica. Através de um clique percorremos o mundo inteiro e temos acesso a praticamente qualquer informação, mas no recorte proposto para este trabalho a realidade era bem diferente. A

grande parcela dos periódicos trabalhados vendiam assinaturas para o interior da província. Mas, como este material circulava? Tendo em vista as grandes distâncias e os inúmeros problemas de logística? Neste quesito, trataremos a importância do desenvolvimento do sistema ferroviário para a difusão do jornalismo na Paraíba.

O primeiro ponto que será exposto é o percurso da pesquisa, para logo em seguida entrarmos na contextualização histórica. Neste quesito será rapidamente comentada a imprensa paraibana na primeira metade século XIX e a conjuntura social, política e econômica em que estava inserida a Província da Parahyba do Norte a partir da década de 1860.

1.1 Percurso da Pesquisa.

A pesquisa que originou esta monografia teve início em julho de 2009, quando foram iniciados os trabalhos referentes ao projeto de iniciação científica *As escritas da história sobre a instrução na Parahyba oitocentista*. Mas, o primeiro contato que tivemos com os jornais paraibanos do século XIX aconteceu meses antes, em maio do mesmo ano.

Visitamos os principais arquivos da cidade de João Pessoa – Paraíba, sempre com o intuito de coletar a maior quantidade possível de material relativo à educação. Nesse primeiro momento nos restringimos ao acervo documental disponível em nosso estado, destacando as visitas à Cúria Metropolitana, Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC, Fundação José Américo e o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP.

Após essa sondagem, que aconteceu em junho do ano passado, concluímos que a maior parte dos jornais paraibanos do período imperial estavam disponíveis no acervo do IHGP e uma pequena parcela na Fundação Casa de José Américo. Em relação aos demais locais acima citados, não foi localizado qualquer periódico relativo ao período em análise.

Nas dependências da Cúria Metropolitana tivemos acesso a livros de casamento, batismo e óbitos e na FUNESC encontramos os primeiros exemplares datados de 1912.

O título da nossa monografia é *A instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*. A expressão “impressos jornalísticos” é carregada de um significado bastante amplo, não se referindo apenas ao famoso jornal. Por isso, buscamos outros tipos de fontes periódicas, como revistas e similares, mas em nenhum dos arquivos paraibanos encontramos qualquer vestígio de material equivalente.

Transcorrido o momento inicial de catalogação partimos para a pesquisa no acervo do IHGP. Neste ponto, convém destacar que o trabalho foi feito em equipe, com a contribuição valorosa de outros membros do grupo. Foi motivo de espanto a quantidade considerável de documentos, pois não imaginávamos existir uma quantidade razoável de jornais do oitocentos. Deste modo, o trabalho de coleta nesta instituição demorou um pouco mais do que o previsto.

Paralelo a este arquivo, também empreendemos visitas a Fundação José Américo, realizadas em junho e agosto. Os jornais paraibanos do período imperial pertencentes a esta instituição fazem parte da Coleção Eduardo Martins. Entre outras coisas, foi jornalista e membro do IHGP, se destacando na intelectualidade paraibana do século XX. Publicou diversos livros, entre eles a *Tipografia do Beco da Misericórdia* e *O primeiro jornal paraibano*.

Todos os jornais do século XIX que constam no acervo da FJA pertenceram a sua coleção particular, servindo de base para a escrita dos seus livros. Acreditamos que fosse seu desejo doar este material para o estado e assim contribuir com outros pesquisadores interessados na história da imprensa ou a partir dela, que é o nosso caso. A coleção recebeu seu nome, em homenagem justa.

A nossa escolha metodológica foi coletar as notícias na íntegra, desse modo, utilizamos a fotografia como ferramenta indispensável para este fim. Este não é o meio mais indicado, tendo em vista as limitações técnicas existentes¹, mas serviu ao nosso propósito. Em um segundo momento, começamos os trabalhos de organização das fotografias, trabalho este que foi concluído em meados de março de 2010.

Em relação aos arquivos paraibanos, encontramos uma política de acesso às fontes bastante peculiar. Na maioria, para não dizer em todos os locais consultados, percebemos uma vontade, por parte de seus diretores, de digitalização de seus respectivos acervos, com o intuito de preservar o material original e proporcionar um acesso com menos restrições. Mas, o grande problema é o custo de tal operação e a falta de vontade política, tendo em vista que a maioria é mantida pelo governo.

Isso é um grande entrave para o trabalho do pesquisador, pois eles retiram de circulação o material que está em condições problemáticas de conservação e restringem o acesso, sempre com o pretexto de que um dia este material estará disponível, através de uma digitalização que parece pouco provável de acontecer, pelo menos em curto prazo de tempo.

¹ Um dos problemas encontrados foi a precária iluminação do ambiente, que dificultou um melhor registro das nossas fontes.

Analisando nossas fontes, percebemos que as mesmas proporcionam um valioso subsídio para uma quantidade enorme de estudos, pois encontramos toda sorte de material, inclusive relatos da vida privada de professores, estudantes, diretores etc. Buscamos por meio desta pesquisa alargar as opções de fontes para o estudo da história da educação paraibana, tendo em vista que partimos para a análise de materiais até então pouco explorados. Deste modo, esperamos que esta monografia possa indicar caminhos e fontes para os que se interessem na história da educação paraibana, em especial aquela feita a partir da imprensa.

1.2 Contextualização histórica.

Remonta ao longínquo ano de 1826 o surgimento do primeiro jornal paraibano, intitulado: *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*.² Era um periódico político e noticioso, como boa parte dos que surgiram no império. Fundado pelo presidente da província à época Alexandre Francisco de Seixas Machado, era impresso na Typographia Nacional da Parahyba, sendo composto por quatro páginas e duas colunas. O referido presidente fez de suas páginas as porta-vozes do seu governo até passar o cargo ao seu sucessor.

Este jornal foi o primeiro de origem comprovada. Antes do ano de 1808, quando da chegada da família real ao Brasil, as tipografias eram proibidas de funcionar em nossas terras. Porém, é interessante fazermos uma menção ao jornal *O Português*, que hipoteticamente teria sido o primeiro periódico criado na Paraíba em 1818, mas as referências a este jornal são vagas e não existe uma comprovação de sua real existência.

As estatísticas referentes ao número de periódicos que foram criados na Paraíba imperial são divergentes. Cada historiador que se propôs a inventariar estes dados traz um número diferente. A historiadora da imprensa Fátima Araújo, em seu livro *Paraíba: Imprensa e vida* relata a existência de pelo menos 50 títulos diferentes. Por sua vez, José Leal, no livro *A Imprensa na Paraíba* relata o número expressivo de 80 volumes no periódico monárquico.

Divergências a parte, algo que todos concordam é que a grande parcela destes periódicos possuía forte orientação política. Os interesses político-partidários ditavam os rumos dos textos. As brigas políticas entre o partido Conservador e o Liberal eram evidentes. A facção que estava no poder se utilizava da imprensa na defesa do governo e a oposição fazia severas críticas. Esta foi a tônica do jornalismo paraibano imperial e pode ser observada em praticamente todos os títulos disponíveis para pesquisa.

² No acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano é possível localizar um exemplar xerografado deste periódico.

A capital denominada cidade da Parahyba foi a sede da grande maioria destes jornais, embora outras localidades tenham figurado como importantes pólos jornalísticos. Mamanguape, Areia e Campina Grande são exemplos desta efervescência jornalística no período imperial.

O segundo periódico criado foi o de Antonio Borges da Fonseca, intitulado *Gazeta Parahibana*. Circulou durante dois anos (1828-1829) com uma frequência bissetimanal, trazendo consigo os preceitos republicanos. Sua existência efêmera pode ser justificada pela combatividade e independência do senhor Borges da Fonseca. Segundo Araújo (1986 : 34): “Foi o primeiro jornalista do Estado perseguido pela censura à imprensa”.

No ano de 1830 surge em Pernambuco o *Correio da Parahyba*. Como era de praxe também estava a serviço do governo provincial e encerrou suas atividades no momento da sucessão da cadeira presidencial. Circulou por apenas um semestre. No ano seguinte, consta na historiografia que a Parahyba ficou sem jornais³, retomando as atividades apenas no ano seguinte com o periódico *O Republico*, de propriedade do já citado Antonio Fonseca.

Neste momento surge na Parahyba a tipografia de José Rodrigues da Costa, muito importante para o nosso estudo e responsável não só pela impressão de inúmeros jornais como também outros materiais, em especial as leis provinciais e relatórios governamentais. Devido a importância desta oficina é interessante nos determos um pouco neste assunto.

Sobre esta tipografia é importante salientar a obra de Eduardo Martins. No livro *Tipografia do Beco da Misericórdia* (1978) este historiador relata a relevância deste local para o desenvolvimento da imprensa paraibana. Trata-se da primeira “gráfica” de origem particular criada na capital da província. O seu esmero e competência tipográfica eram reconhecidos por seus pares⁴.

A década de 1830 ainda produziu outros jornais, que infelizmente não sobreviveram ao teste do tempo. Entre eles, podemos citar *O Publicador Parahybano* e *O Raio da Verdade*. Ao longo de todo o período imperial podemos observar que a periodicidade dos jornais estudados era irregular, não fugindo a esta regra a década de 1840. Entre os conhecidos, podemos citar *O Verdadeiro Monarquista* e o *Correio Oficial Parahano*, por exemplo.

Na década de 1850 temos como exemplo o periódico *Argos Parahybano*. De feições comerciais e literárias circulou de setembro de 1850 até 1854, ficando na média de existência

³ O historiador José Leal relata no livro *A imprensa na Paraíba* (1962) que o biênio 1830/31 foi ausente de novas publicações, embora não explique o motivo desta ausência.

⁴ Esta contextualização histórica possui um caráter introdutório. No livro citado é possível encontrar de forma detalhada a importância desta tipografia.

dos jornais do período. Também é digna de nota a existência da *Matraca*, de propriedade de Antonio Fonseca e de características panfletárias.

Além destes jornais citados existiram outros de igual importância, mas que por uma escolha metodológica ficaram de fora desta listagem⁵. Esta parte do trabalho é de natureza descritiva, possuindo a intenção de mapear o quadro em que foi construída e moldada a nossa imprensa na primeira metade do oitocentos.

A forma de escrita jornalística do período em nada lembra a maneira pelo qual é feito o jornalismo no nosso século. Segundo Leal (1962 : 21-22) :

A feição dos jornais, como se pode verificar compulsando os exemplares que nos restam, difere, profundamente, da atual, de maneira que neles nada do que hoje consideramos essencial se encontrava capaz de satisfazer as exigências do leitor moderno. Resta-lhes o renome da combatividade dos seus manipuladores

É justamente nestas características singulares que reside a importância deste material. Antes de qualquer coisa, temos uma representação de como a sociedade da época debatia sua política e de que forma os problemas eram expostos em um dos únicos meios de comunicação disponíveis no período.

Na segunda metade do oitocentos, temos tanto nacionalmente quanto ao nível local toda uma conjuntura de mudanças político-sociais que proporcionaram inúmeros debates no periódicos. O Brasil participou ativamente da guerra do Paraguai e saiu deste evento com a chaga da escravidão ainda mais evidente. A abolição, embora tardia, foi realizada no fim da década. No âmbito local ocorreu uma grande seca em fins da década de 1870, além de movimentos e revoltas sociais como o Quebra-Quilos e o Ronco da Abelha⁶.

No tópico que se segue, trataremos do período que vai da criação do jornal *A Imprensa* até o fim do período imperial, sendo retratado pelo relevante periódico a *Gazeta da Parahyba*. Além disto, discorreremos sobre alguns jornalistas que participaram destas redações e suas contribuições para o desenvolvimento do periodismo na Parahyba do Norte.

⁵ Os jornais que localizamos com matérias referentes a instrução foram os seguintes: *Arauto Parahybano*, *A Imprensa*, *A Opinião*, *A Regeneração*, *A União Liberal*, *Diário da Parahyba*, *Gazeta da Parahyba*, *Jornal da Parahyba*, *O Despertador*, *O Imparcial* e *o Publicador*.

⁶ O Quebra-Quilos foi um movimento popular que eclodiu na década de 1870 e lutava contra a cobrança de novos impostos, a nova lei de recrutamento e a adoção do novo padrão de pesos e medidas. O Ronco da Abelha, por sua vez, também teve origem popular e foi realizado na década de 1850, lutando contra os decretos 797 e 798, pois temiam que tais dispositivos pudessem ser utilizados para escravizar a população. O de 797 discorria sobre o levantamento da população para o Censo Geral do Império e o de nº 797 ponderava sobre os registros civis, de óbito e nascimento, que passariam a serem feitos não mais pelos padres, mas sim por repartições legais, com a declaração da cor da pele do indivíduo. (SÁ, 2005).

1.3 Os jornais e os jornalistas paraibanos do século XIX (1858-1889).

Neste tópico a meta é apresentar os jornais paraibanos existentes na província da Parahyba do Norte no recorte de 1858 a 1889, bem como os jornalistas que compunham as suas respectivas redações. Antes de tudo, convém fazer algumas ressalvas. Recentemente, ao pesquisarmos no recenseamento populacional referente ao ano de 1890 encontramos uma observação que se aplica a esta pesquisa⁷:

É, pois, dever de lealdade de todo aquelle que fornece materiaes a estudo de qualquer natureza, declarar quaes os vícios presumíveis d'esses elementos, já devidos a imperfeição dos instrumentos e ás causas perturbadoras da operação, já mesmo áquelles que emanarem do proprio observador.

O período que a nossa pesquisa se propõe a estudar é bastante recolhido no tempo, o que dificulta uma análise mais completa sobre nosso objeto de estudo. Na província paraibana existiram dezenas de jornais, que emergiam e desapareciam em tempo bastante reduzido. Por este motivo, pouquíssimos exemplares sobreviveram a ação do tempo e as precárias condições de armazenamento.

Deste modo, o relato que agora segue é baseado no estudo de onze jornais paraibanos. Por este motivo, achamos interessante tecer comentários apenas sobre jornalistas que escreveram ou contribuíram de alguma forma para estes jornais, tendo em vista que os discursos que serão motivo de análises nos capítulos seguintes são de autoria dos mesmos.

Por último, uma última observação que julgo interessante. Era comum na escrita jornalística do século XIX o anonimato ou uso de pseudônimos. São raríssimas as matérias assinadas. Sendo assim, não é possível precisar o responsável pelo discurso. Neste caso, uma solução seria imputar a autoria ao corpo redacional.

Começamos a análise pelo periódico *O Despertador*. Algo que chamou a atenção de todos que participaram do trabalho de coleta de fontes⁸ foi a relevância deste jornal. Encontramos referências sobre o mesmo em periódicos tanto das décadas de 1860 como na de 1880. Pelo que foi observado, sempre possuiu uma postura combatente, tendo em vista os

⁷ Este trecho está disponível na introdução do recenseamento de 1890. IBGE.

⁸ A pesquisa faz parte da iniciação científica, mas participaram outras pessoas do grupo de pesquisa.

comentários ácidos da imprensa contrária. Para evidenciar este fato, temos o seguinte trecho publicado no jornal *O Imparcial*⁹:

Não temos a imensa circulação do collega do “Despetador”. A nossa folha não passa de um tugurio de empregado publico que provavelmente não a lê; entretanto que o “Despetador” é lido nos diferentes angulos deste vasto imperio, e entra em todas.

Seu primeiro número foi publicado no ano de 1859, sob os auspícios de Cassiano Hipólito Ribeiro. A propaganda presente em suas edições é bastante reduzida, sendo o destaque reservado para os fartos comentários políticos, tanto nacionais quanto internacionais. Em sua segunda fase adere definitivamente ao partido liberal e ostenta uma expressiva tiragem de 700 exemplares. Sobre este fato, Rêgo Filho (1963 : 12) relata:

Pseudônimos como Labérius, Mastiga, Garat e o arisco Thierry que, numa série de artigos, vergasta seus adversários Eugênio Toscano de Brito, de A Gazeta da Parahyba”, e o Barão da Abiahy, tornam-se célebres na cidade. O Dr. Gama e Mello foi um de seus mais incansáveis batalhadores.

Assim como o *Jornal da Parahyba* e *O Publicador*, fez parte do grupo dos mais longevos periódicos paraibanos do período imperial. O seu declínio só aconteceu quando assumiu uma postura partidária, mas enquanto esteve *neutro* gozou de dias de glória. De acordo com a historiografia, sobreviveu durante vinte e dois anos. Mesmo com a sua importância sendo ressaltada até pelos periódicos adversários, pouquíssimos exemplares, para ser mais exato dois volumes, sobreviveram até os dias atuais. Fato que deixa uma lacuna incalculável para os pesquisadores paraibanos.

O seguinte foi *O Publicador*. Iniciou suas atividades em meados de 1862, só encerrando seus trabalhos em dezembro de 1886. Foi de propriedade de José Rodrigues da Costa, futuramente de seus herdeiros. No acervo pesquisado encontramos exemplares dos anos de 1884, 1885 e 1886, extremamente bem conservados. Em relação a instrução, é notória a presença em suas páginas de exames preparatórios, leis, resenhas e matérias variadas.

Seus corpo redacional trazia figura ilustres da sociedade paraibana, como Eugênio Toscano de Brito, o Pe. Lindolfo José Corrêa das Neves, José Ferreira de Novaes, Benjamin Franklin D’ Oliveira e Mello entre outros. Pelo esmero de seus artigos sempre se metia em polêmicas, embora não seja tão mencionado como *O Despetador*.

⁹ O Imparcial. 23 de janeiro de 1861. O Imparcial. O numero 149 do Despetador.

O jornal paraibano mais antigo localizado com matéria referente a instrução foi *A Imprensa*. Pouco foi descoberto sobre este periódico, apenas que integrava as fileiras do partido Conservador e que circulou de 1858 a 1862. Pouquíssimo exemplares chegaram até nós, sendo um volume localizado no acervo da Fundação José Américo e mais três no IHGP.

Outro periódico pesquisado foi *O Imparcial*. Sobre sua existência é possível falar que esteve sobre os cuidados de Atilano Silva e possuía circulação bissetimanal, além de ser de origem conservadora. Na seqüência do nosso estudo temos *A Regeneração*. Circulou nos anos de 1861 e 1862 e uma parte considerável de seus exemplares então presentes no IHGP. Ligado ao partido conservador, manteve a mesma linha da *Imprensa*. Possuía uma parte oficial bastante rica, trazendo os inúmeros atos do governo. A quase totalidade das matérias coletadas sobre a instrução advinham desta seção, montando um panorama de decretos, atos oficiais, legislação e demais assuntos ligados à presidência da província.

Mas, seguindo um movimento nacional em que os órgãos conservadores tendiam a uma concentração de forças, *A Regeneração* e os demais periódicos desta orientação desapareceram, com o intuito de centralizar os esforços em apenas um jornal. Deste modo, nascia *O Jornal da Parahyba*. Sobre este evento, Alcides Bezerra (1920 : 55) assinala: “No intuito de vel-as por nossa parte e d’uma vez finalizadas, acordamos em supprimir todos os jornaes, representantes dessas facções que se dizem conservadoras, e publicar um novo com o título ‘de Jornal da Parahyba’”

Apesar de sua criação datar da década de 1860, só foi possível localizar os volumes que datam da última década do império. Particularmente nos anos de 1886 e 87 encontramos relatórios da instrução pública, atas da assembléia legislativa, despachos, sendo, portanto, o acervo composto basicamente por matérias oficiais. Esteve ativo durante vinte oito anos e só encerrou suas atividades no primeiro ano do governo republicano.

Na década de 1870 só foi possível a localização de dois jornais: *A Opinião* a *União Liberal*. Ambos vinculados ao partido liberal são os únicos representantes deste período. O primeiro foi criado em 1877 e possuía circulação bissetimanal. Por representar um partido trazia em seu interior notícias nacionais e internacionais, além de editais, movimentos do comércio e notícias dos municípios. Suas matérias variam de simples reportagens sobre a seca a elogios ao então jovem Rui Barbosa. Mas, é obrigado a encerrar seus trabalhos quando cai em descrédito perante a população, em virtude dos numerosos ataques sofridos por parte do partido conservador.

A *União Liberal* surge em 1878 com a finalidade de substituir *A Opinião*. Rêgo Filho (1963 : 17) assinala:

Mais audacioso que seu predecessor, aparece como tri-semanal (terças, quintas e sábados). Quase que essencialmente político, apresentava na primeira página uma coluna sob o título “Parte Oficial do Govêrno da Província”, onde publicava os atos da Assembléa.

Também possuiu uma existência efêmera, encerrando suas atividades no ano de 1879. Ambos podem ser encontrados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, sendo compostos exatamente de trinta e três e quinze exemplares, respectivamente. Trazem matérias disposta em noticiários e na parte oficial, que por sua raridade se constituem em fonte consideração para a história.

No ano de 1884 temos o aparecimento do *Diario da Parahyba*, Jornal que se intitulava de todas as classes e que findou de forma inexplicável no ano de 1885. Foi bastante popular em suas matérias de curiosidades, por exemplo. Os volumes relativos aos dois anos de sua existência estão no IHGP e no acervo do Arquivo dos Governadores, mas estão em péssimo estado para pesquisa.

É interessante destacar a relevância deste material para a história da educação, principalmente nos anúncios sobre colégios, clubes literários, estatutos, além da interessante “Exposição do estado da Instrução Primaria e Secundaria da Provincia da Parahyba do Norte apresentado ao congresso de instrução”.

No ano de 1887 temos a criação do jornal abolicionista *O Arauto Parahybano*. Em suas fileiras estava Eugênio Toscano de Brito, que era médico, jornalista, professor entre outras atividades. Temos matérias sobre a abolição, professores públicos, noticiários e a instrução pública especificamente. Aos nossos dias sobreviveram dezesseis volumes deste periódico.

Finalizando o período imperial temos a relevante *Gazeta da Parahyba*. Criada por Eugênio Toscano de Brito foi muito importante para a província, tendo em vista sua estrutura diferenciada, além da circulação diária¹⁰. A política em todos os seus matizes era tratada neste diário, além de uma importante seção chamada folhetim, trazendo consigo traduções e outros textos. Encerra suas atividades no governo republicano, assim como o *Jornal da Parahyba*¹¹.

¹⁰ Trata-se do primeiro jornal a ostentar uma periodicidade diária.

¹¹ Os jornais citados encerraram suas atividades nos primeiros anos da república. O *Jornal da Parahyba* no ano de 1889 e a *Gazeta da Parahyba* em 1890.

Todos os jornais expostos neste tópico foram localizados, alguns em pouquíssimos exemplares e outros com volumes que ultrapassam as centenas. Considero este movimento importante, tendo em vista que todo *copus* documental que será referenciado de agora em diante possui esta origem.

Já tratamos os jornais do período, portanto, agora é interessante relatarmos o nome de alguns jornalistas responsáveis por esta imprensa. Quem eram esses homens e de qual grupo social adivinham? Mariano (2003 : 89) nos diz:

As pessoas que escreviam nos periódicos eram basicamente membros da elite que, geralmente, estavam no serviço público, e exerciam funções de bacharéis, médicos, militares, jornalistas, entre outras. Escreviam como historiadores autodidatas vinculados, geralmente, ao poder estabelecido, deixando transparecer em suas produções a influência do *lugar social*.

A educação estava restrita ao livres, desta forma, nada mais natural do que apenas homens de famílias importantes, ou ligadas a elas, escrevessem nos jornais. Para entender a natureza e origem dos discursos é interessante levarmos em consideração o *lugar social* proposto por Michel de Certeau. Toda pesquisa deve ser articulada com os meios pelos quais o conhecimento original foi produzido, sendo levada em consideração a sociedade e a conjuntura específica de inserção deste autor. Segundo Certau (2008 : 67): “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”.

Na imprensa paraibana é comum encontrarmos jornalistas de famílias importantes e envolvidos na política. Para tanto, posso citar inicialmente o exemplo de dois deles, o Sr. Eugênio Toscano de Brito e Silvino Elvídio Carneiro da Cunha. Ambos pertencentes respectivamente ao jornal *Gazeta da Parahyba* e o *Jornal da Parahyba*.

Eugênio Toscano de Brito era filho do também jornalista e político Felizardo Toscano de Brito. Sua família sobrevive até o século XXI. Foi professor, médico, jornalista, diretor da instrução pública, do Lyceu Parahybano e da Escola Normal, além de estar envolvido na política. Foi o fundador do já citado *Gazeta da Parahyba*, bem como colaborador relevante de *O Publicador*.

O nosso segundo jornalista, o Sr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha foi proprietário de importante periódico, o *Jornal da Parahyba*. Dedicou-se durante décadas ao seu jornal, até sua extinção na então recém-proclamada república em 1890. Segundo Socorro Barbosa: (2009 : 56), temos o seguinte:

A história política da Paraíba teve nesse ilustre homem público um dos seus pontos culminantes pela atividade que exerceu como chefe e orientador do Partido Conservador, cuja agremiação fora fundada com o apoio no poderio de sua ilustre família.

Com base na historiografia é possível construir uma tabela com os dados referentes à vida de alguns jornalistas, salientando que por falta de fontes muitos ficaram de fora¹²:

Tabela 1: Jornalistas, periódicos e suas respectivas ocupações.

Nome	Periódico	Ocupação
Artur Achiles dos Santos	A Parahyba, O Liberal Parahybano, Gazeta da Manhã, O Parahybano e a Gazeta da Parahyba (entre outros).	Filósofo, político e diretor do Arquivo Público
João Antônio Baptista	Jornal da Parahyba	Não identificada
Eugênio Toscano de Brito	Gazeta da Parahyba (também mencionado em outros periódicos).	Médico, professor, Deputado Provincial, Inspetor da Saúde Pública e do Porto, Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal (entre outros cargos)
Felizardo Toscano de Brito	O Argos Parahybano, O Comércio e O Despertador	Político e professor
Eliseu Elias César	O Sorriso, A Gazeta da Parahyba e Estado da Parahyba (entre outros).	Promotor Público, Deputado e Advogado
Antonio da Cruz Cordeiro Sênior	O Publicador	Médico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia (além de exercer a medicina em outras repartições) e Deputado
Antonio da Cruz Cordeiro Júnior	O Parahybano e a Gazeta da Parahyba	Médico, poeta e crítico literário.
José da Costa Júnior	O Despertador e A Opinião (entre outros)	Deputado e Juiz Municipal
Silvino Elvídio Carneiro da Cunha	A Imprensa e o Jornal da Parahyba	Presidente de Província, Advogado e Inspetor da Alfandega.
Enéas Arrochelas Galvão	O Publicador	Bacharel em Direito, Promotor de Justiça da Comarca de Bananeiras, Professor, Deputado,

¹² O critério para esta seleção foi ter contribuído em pelo menos um dos jornais pesquisados e já listados neste capítulo.

		Juiz Municipal, Auditor de Guerra da Capital Federal e Ministro do Supremo Tribunal Militar
Pe. Leonardo Antunes Henriques	Jornal da Parahyba	Padre, professor, Deputado Provincial, Procurado Fiscal da Fazenda, Provedor Fiscal, Advogado (entre outras funções).
Benjamim Franflin d' Oliveira Mello	O Despertador	Juiz de Direito de Pombal e Chefe de Policia.
Pe. Lindolfo José Correia das Neves	O Mercantil Parahybano e O Publicador	Padre, Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, Advogado, Deputado, Juiz de Paz da Cidade da Parahyba e Procurador Fiscal da Fazenda Geral
Antonio Elias Pessoa	O Sorriso e o Arauto Parahybano	Professor
Manoel Pedro Cardoso Vieira	A Opinião, A União Liberal e O Despertador	Professor, Advogado e Deputado
José Ferreira Novaes	A Parahyba e O Publicador	Professor, Bacharel em Direito, Deputado, Chefe de Sessão da Secretaria do Governo, Promotor Público e Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Através destes exemplos particulares é interessante observar qual o nível social daqueles que participavam da imprensa, desta forma, saliento que para uma análise crítica do material que será problematizado nos capítulos seguintes é de extrema importância levar em consideração a origem destes homens, ou trocando em miúdos, *o lugar social*.

A origem social destes indivíduos estava presente em seus textos. Temos jornalistas que exerciam profissões como professores, padres, políticos, advogados, funcionários públicos entre outras ocupações. Entender o jornalismo paraibano do oitocentos passa obrigatoriamente pelo movimento de análise das famílias de maior vulto e representatividade do período.

1.4 As tiragens dos jornais.

Ao iniciar a pesquisa em meados de 2009 sempre foi motivo de preocupação qual seria o “real” alcance deste material. No decorrer do trabalho as dúvidas só se acumulavam e o problema estava cada vez mais longe de uma solução. Certo dia, ao iniciarmos os trabalhos no

jornal *A Gazeta da Paraíba* nos deparamos com uma informação que a principio chamou a atenção: a tiragem do jornal.

Os pesquisadores que se aventuram em estudar a história da imprensa, ou a partir dela, sempre buscam esta tão sonhada informação. A partir deste simples número é possível calcular estatisticamente qual margem da população o jornal atingia. A questão a ser elucidada era se o jornal estava restrito a elite ou se a população no geral também era conhecedora do seu conteúdo.

Pesquisando a historiografia pertinente ao tema, percebemos que os autores sempre destacavam o analfabetismo da população. Como exemplo, posso citar respectivamente Luca (2005 : 133) e Aranha (2005 : 89):

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de idéias e a intervenção no espaço público caracterizavam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom, lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo.

Por se constituir, ao longo do século XIX, no único meio de comunicação com o grande público- mesmo que este em sua grande maioria não possuía qualquer nível de escolaridade – a imprensa se insinua com toda força na vida cotidiana.

O autor em questão fala em uma verdadeira *febre jornalística* no período estudado. As tiragens, sendo comparadas as dos grandes periódicos contemporâneos são reduzidas e eram destinadas basicamente aos assinantes. Foi possível identificar a tiragem de dois periódicos, o *Despertador* e a *Gazeta da Parahyba*. Para a “real” compreensão da expressividade destes números é necessário problematizá-los, para tanto, é importante traçar uma relação entre a tiragem e a população.

O primeiro censo realizado no Brasil data de 1872, portanto temos os seguintes números:

Tabela 2: Estimativa populacional da Província da Parahyba do Norte

Cidades	Total
Parahyba	29,598
Mamanguape	17,463
Capina Grande	15,104
Independência	28,188
Areia	25,547
Patos	14,095

População total da província	376.226
------------------------------	---------

Fonte: Recenseamento de 1872. IBGE.

Um grande número de periódicos vendiam suas assinaturas para toda a província, embora os sérios problemas de distribuição encontrados. Como boa parte desta produção ficava na capital, o cálculo será feito a partir desta perspectiva. As tiragens dos dois jornais outrora citados são respectivamente 700 e 800 exemplares.

Deste modo, chegamos a conclusão de que 0,27 % da população tinha acesso, se levarmos em consideração um simples cálculo entre tiragem total e população da capital. Se este cálculo for realizado tomando como base a população total este número se torna ainda mais ínfimo, chegando a 0,0021%.

Bem, mas este número em si não explica muita coisa. Para tanto, cabe problematizar esta informação com outras categorias. Através do recenseamento de 1872 ainda é possível inferir estatisticamente a relação de pessoas letradas com a quantidade de jornais impressos. A tabela seguinte nos mostra:

Tabela 3: Nível de instrução da população da Província da Parahyba do Norte.

Homens		Mulheres	
Sabem ler e escrever	29.224	Sabem ler e escrever	11.988
Analfabetos	150.209	Analfabetos	163.279

Fonte: Recenseamento de 1872. IBGE.

Entre os homens o nível de letramento atinge 16%, enquanto as mulheres contam apenas 7%¹³. Desta forma, é possível deduzir que até mesmo entre a população letrada existia uma deficiência em relação a obtenção de jornais, ficando demonstrado desta forma que uma tiragem média de 700 exemplares estava aquém da necessidade da província. Os homens e mulheres com instrução representavam apenas 41,212 do total de habitantes livres, desta forma, supondo que só este grupo comprava os jornais, temos que 0,016% efetivamente liam este material.

Mas, por outro lado, pensar apenas em números é desumanizar este processo, tendo em vista que não é só através do meio físico e da leitura que a informação circulava. Arrisco-me a dizer que até os analfabetos, em virtude da conjuntura da época, poderiam ter acesso à

¹³ Estes índices levam em consideração apenas a população livre, excluindo os escravos.

informação, embora de forma bastante modesta. No século XIX o único meio de comunicação existente capaz de atingir o grande público era a imprensa, deste modo, o periodismo possuía grande influência dos paraibanos do oitocentos. Embora o analfabetismo fosse marcante, a informação circulava nos diversos círculos sociais com intensidade considerável. Segundo Aranha (2005 : 89):

Em qualquer ambiente onde haja um mínimo de sociabilidade – numa barbearia ou farmácia, numa praça pública ou numa estação de trem – boa parte das conversas gira em torno das notícias do jornal ou jornais da terra ou dos jornais a ela endereçados, em especial as notícias que dão conta das últimas intrigas políticas.

Outro dado importante que merece ser mencionado é que cada domicílio paraibano contava com uma média de 8,5 pessoas. Sendo assim, apenas um único exemplar de um periódico já seria o suficiente para informar toda uma família. Além disso, bastaria apenas que uma pessoa desta casa soubesse ler que a informação já circulava.

Quem estuda o século XIX sabe de antemão que deve abandonar a idéia de certeza. Através dos dados expostos podemos apenas ter uma idéia de como as informações circulavam e de que forma a população estava distribuída. Cabe a quem tiver acesso a esta informação tirar suas próprias conclusões.

1.5 A importância do sistema ferroviário para o desenvolvimento da imprensa.

Na parte final deste capítulo tratamos da importância do desenvolvimento do sistema ferroviário para a difusão do jornalismo na província da Parahyba do Norte. A maior parcela dos periódicos já expostos não estava restrita apenas à capital, deste modo, é interessante entender como este material circulava e as dificuldades encontradas no trajeto das tipografias até o leitor final.

A instalação das estações de trem são de fundamental importância, pois proporcionavam desenvolvimento na medida em que encurtavam distâncias e agilizavam os meios de comunicação. Sobre este ponto, Aranha (2005 : 89) assinala:

Tenho em mente especialmente a importância que as estações de trem assumem, na vida cotidiana local, como espaços nos quais e através dos quais as comunicações adquirem feições modernas, em particular no tocante à agilização dos correios, com a entrega rápida de correspondências e de jornais por assinaturas.

Destacamos, nesta citação, a parte final da afirmação do autor quando é feita referência a venda de jornais por assinaturas. Esta era uma prática comum no período, sendo a venda avulsa de exemplares em número ínfimo. Mas, será que os assinantes recebiam seus volumes de forma rápida? A resposta para esta pergunta é negativa, tendo em vista os inúmeros problemas ocasionados pelas longas distâncias a serem percorridas e a falta de infraestrutura.

As localidades que não dispunham de vias férreas só recebiam seus exemplares com alguns dias de atraso. Deste modo, até a chegada efetiva dos trens de ferro a estas localidades a distribuição dos jornais não funcionava a contento fora da capital. As facilidades adquiridas com a utilização dos trens para os serviços postais e a imprensa são consideráveis, pois as cidades que estavam situadas longe das linhas férreas demoravam dias para receberem as notícias. Sendo assim, fora deste perímetro a informação, além dos problemas inerentes à baixa escolaridade, também enfrentava inúmeras barreiras.

A dupla, ferrovia-imprensa, provocava um enorme impacto na vida cotidiana das pessoas. Na capital temos a existência de diários e, por contar com o uso de telégrafos, a população acompanhava atenta o que acontecia não só no Brasil, mas no mundo. No interior da província, por sua vez, só é possível o acesso ao jornal com a implementação das ferrovias. Mas, mesmo com atraso que poderiam chegar a um mês, as notícias eram esperadas com apreensão e lidas com grande voracidade nas localidades distantes da capital. Deste modo, segundo Aranha (2005 : 96):

Assim, falar na influência do trem pelo interior das províncias (depois Estados) é falar na divulgação dos órgãos de imprensa. De resto, uma hipótese válida para todo o Brasil, tal como a vemos em Ademar Benévolo, o qual é de opinião que os trens introduzem “como hábito a leitura de jornais das cidades distantes”.

Os periódicos teriam sido responsáveis pela propagação de idéias progressistas, sendo absorvidas por inúmeras pessoas, como por exemplo, os que possuíam idéias abolicionistas. No período estudado, em particular na década de 1880 é possível notar a preferência aos jornais em relação as demais correspondências.

Outro ponto importante é que as populações circunvizinhas às localidades dotadas de estações também se beneficiavam, tendo em vista que o acesso ao jornal tornava-se possível

com apenas algumas horas de viagem. Mas, em linhas gerais, só se beneficiava diretamente com o acesso ao jornal do dia aquelas cidades com acesso direto aos trens.

Antes de o Brasil adotar este meio de transporte, esta experiência já se mostrava promissora em outros países. As estradas de ferro já mostravam sua força na difusão do jornalismo em países como a Inglaterra, que, segundo Aranha (2005 : 101): “o papel das estradas de ferro, nesse particular, provoca uma ‘verdadeira revolução nas comunicações’”. Deste modo, o aumento das tiragens já debatidas em outro tópico pôde ser efetivado, tendo em vista que agora exista um meio eficaz para sua difusão.

Para concluir esta exposição, a propagação da imprensa pela via férrea proporcionou um impacto considerável na vida da população, embora muitas vezes mais desinformando do que informando (ARANHA, 2005), sua importância é relevante para o bom entendimento da forma pela qual o conhecimento jornalístico era difundido e alcançava seu leitor final.

Capítulo 2 : A instrução na perspectiva dos jornalistas paraibanos.

Neste capítulo buscaremos através da fala jornalística compreender de que forma a instrução era vista na imprensa da segunda metade do século XIX, dando ênfase ao movimento de criação de cadeiras de primeiras letras, as dificuldades enfrentadas pelos cofres públicos, a necessidade de instruir a população liberta, a atuação fiscalizadora da imprensa e outros temas que emergiram ao longo da pesquisa.

A estrutura educacional que estava em vigor na época foi o que Pinheiro (2002) chamou de *cadeiras isoladas*. Este modelo escolar marcou todo o período imperial, sendo substituído de forma lenta e gradual durante a república. Cada professor era responsável pela disciplina de sua especialidade e as aulas aconteciam em suas casas, muitas vezes sem a mínima condição de conforto e higiene para os alunos.

O poder público trabalhou para a expansão dessa malha escolar, mas os números de cadeiras ainda eram insuficientes e oscilavam. Sobre este ponto, Pinheiro (2002 : 30-31) assinala:

O processo de expansão da oferta de cadeiras isoladas foi também marcado por dois grandes movimentos: um, de maior amplitude temporal, em que se observa uma tendência geral de ampliação da malha escolar primária pública na Parahyba do Norte, isto é, maior oferta de cadeiras isoladas pelo poder público; e o segundo, circunstancialmente marcado por oscilações tendentes à diminuição dessa oferta.

É comum, na documentação, a publicação de inúmeras leis e decretos que tratam da criação e extinção de cadeiras, o que evidencia ainda mais a volatilidade deste processo. A justificativa de que a província, no início da década de 1860, passava por sérios problemas financeiros está presente no jornal *A Regeneração* que circulou nos anos de 1861 e 1862. No relato em questão, o redator do texto informa que os cofres públicos se encontravam em estado deplorável, sendo necessária a implementação de medidas urgentes para solucionar o problema. O proposto para resolver este impasse seria a suspensão de obras e demissão de funcionários. Será que os recursos destinados a instrução em meados dos anos de 1860 eram reduzidos? Muito pelo contrário.

No relatório de finanças publicado no dia 19 de junho de 1861 na *Regeneração* temos que o total de recursos despendidos para este ramo foi de 39:542\$318. Para mensurarmos a grandeza deste montante basta compararmos com as demais repartições. A instrução pública era o segundo maior orçamento, perdendo apenas para a força policial (51:596\$554) e ficando

na frente da administração da fazenda, eventuais e obras públicas e demais setores. Isso demonstra que acima de tudo faltava vontade política.

Para resolver o problema dos altos gastos do setor público a redução de despesas fazia parte dos discursos governamentais, sendo uma questão debatida também na imprensa. A instrução, por ser tida como superficial por alguns, figurava entre as áreas de possível corte. Existia um número expressivo de cadeiras espalhadas pela província, o que para muitos servia apenas para “(...) dar direito aos respectivos professores a perceberem os 800\$000rs. anuaes”¹⁴. Neste ponto em especial é colocado como solução a extinção das cadeiras que supostamente estariam em excesso, tendo em vista a conveniência para os cofres públicos. Se a instrução necessitava de um aumento de sua malha escolar o governo pretendia seguir justamente o caminho contrário, com o corte de despesas.

No mesmo jornal, exatamente três dias após a matéria citada no parágrafo anterior, temos o seguinte¹⁵:

Idem – O presidente da província, attendendo ao estado pouco lisonjeiro dos cofres provinciaes, e a necessidade que por isso tem a administração de restringir a crescida despesa que se faz com o pessoal da instrução publica, e uzando da faculdade no art. 4º da lei provincial n. 12 de 8 de agosto de 1860, resolve demittir a Justino Erico Machado Paiva do cargo de professor do ensino publico primario de Boa Vista.

Algo muito interessante pode ser falado sobre o senhor Justino Eurico, professor citado nesta matéria. Em um texto publicado no jornal *O Publicador*¹⁶ mais de vinte anos após sua demissão exposta na *Regeneração* temos uma reclamação por parte da imprensa de que em uma aula primária o professor da referida cadeira fazia de tudo, menos lecionar. Os alunos dançavam, pulavam, brincavam, mas não aprendiam qualquer tipo de conteúdo. Em tom de zombaria o jornalista do periódico diz que alguns pais ainda mantinham seus filhos sobre os cuidados deste lente no intuito de que pelo menos: “(...) elles aproveitem as lições de dança e gymnastica, que recommendão sobre modo a escola do professor Justino Eurico¹⁷.”

Apesar de possuírem o mesmo nome, não podemos afirmar categoricamente que se trata da mesma pessoa, mas em se confirmando este fato fica claro de que algumas contratações eram feitas por meio de apadrinhamentos, tema abordado por Pinheiro (2002) e largamente denunciado nas fontes. Pessoas sem o mínimo preparo para a docência atuavam na

¹⁴ A Regeneração. 26/06/1861. A Regeneração. Os conservadores e as rendas da província.

¹⁵ A Regeneração. 29/06/1861. Expediente do governo. Dia 18.

¹⁶ O Publicador. 30/01/1886. Correspondencia. Campina Grande.

¹⁷ Neste caso em particular o professor foi demitido por motivo justo, tendo em vista o precário andamento de sua aula.

instrução apenas para ganhar seu sustento, sendo deste modo incompatível com tão complexa atividade.

No mesmo documento citado na *Regeneração* ainda foram demitidos Claudino José da Silva, Francisco José Figueira, Joaquim José Franco, além da supressão de cadeiras, como a de São José de Piranhas e Alagoa do Monteiro, por exemplo. Acompanhando a mesma seção do jornal, agora já no mês seguinte, temos¹⁸: “Na instrução publica primaria poude o Sr. Araujo Lima alargar um pouco mais a redução de despesas com esse ramo do serviço publico; extinguiu quinze cadeiras, demitindo quatros professores, que ainda não tinham títulos vitalícios.” Não se discutia a conveniência de manter estas cadeiras em funcionamento, mas era alegado que em nome da saúde dos cofres provinciais diversos setores da administração pública deveriam sofrer reduções consideráveis de receita.

A despesa que era destinada a instrução era de pouco mais de cinquenta e nove contos, sendo reduzida em 78% e marcando agora aproximadamente um total de treze. A documentação analisada está repleta desses exemplos, onde professores são demitidos e cadeiras extintas, sempre com o argumento de sanar os gastos provinciais.

Até o momento expusemos a situação financeira da província, relatada em documentos oficiais publicados na imprensa. Mas, nem todos compactuavam desse mesmo ponto de vista. No mês de setembro do mesmo ano¹⁹ um jornalista que escrevia sobre economia se mostrava contrário a essa politica de redução de gastos, vociferando contra os administradores provinciais. Em linhas gerais, temos o argumento de que a situação não é tão precária quanto é divulgado e tal movimento de demissões está relacionado a substituição de pessoal nas repartições públicas, estrando em cena o compadrio, no momento em que se demite um adversário e emprega pessoas ligadas ao seu grupo.

Vários cortes foram realizados nos diversos ramos da administração, e o nosso anônimo jornalista indaga aonde a busca por economia de receita irá chegar. Sobre a instrução é possível selecionar algumas parte do seu texto²⁰: “Quinze cadeiras de primeiras letras foram suprimidas; o internato de meninas foi extinto (...) acabar com o Lycêo, e fazer retrogradar a instrução pública aos anos anteriores a 1830 (...)” O jornalista ainda continua perguntando qual seria o fim de tais ações, além do aumento de impostos e o incrível desconto de 20% do ordenado dos servidores.

¹⁸ A *Regeneração*. 03/07/1861. Expediente do Governo. O cofre provincial e as medidas financeiras.

¹⁹ A *Regeneração*. 21/09/1861. A *Regeneração*. A Economia.

²⁰ A *Regeneração*. 21/09/1861. A *Regeneração*. A Economia.

A necessidade de redução de gastos nesse momento estava pautada na necessidade de cobrir um empréstimo no montante de 58:000\$000, mas essa atitude era questionada, como já foi visto. Não se questiona a necessidade de redução de gastos, mas sim a forma como foi feita e também os setores atingidos, sendo medidas vistas como retrogradadas e cruéis.

O que é importante perceber nesse debate é que a cada medida tomada pelo governo a imprensa contrária ao administrador provincial tomava partido literalmente, servindo o jornal como palco para calorosos debates. Neste momento, brilham alguns jornalistas, sempre com opiniões ácidas e na grande maioria das vezes bem argumentadas.

A criação e extinção das cadeiras isoladas estavam marcadas por uma série de interesses, tanto por parte do poder público quanto pela sociedade. Os representantes eram eleitos a partir de um sistema eleitoral altamente excludente, devendo prestar contas, depois de eleitos, aqueles grupos e famílias que lhe deram suporte no pleito. Desse modo, tanto a provisão de cadeiras quanto dos professores nomeados eram pertencentes às famílias ligadas aos políticos, o que contribuiu para a permanência de velhas práticas.

De forma legal, a criação das cadeiras, nomeação, demissão e aposentadoria de professores, só poderia ser feita pelos presidentes da província, que deveria comunicar o ato a assembleia legislativa. A rotatividade da cadeira presidencial era elevada, o que proporcionava uma mudança nos quadros da administração a cada nova posse presidencial. O apadrinhamento despertava críticas dos próprios deputados, pois algumas pessoas viam no magistério uma forma de ganhar a vida, sendo que esses favorecidos muitas vezes ocupavam o lugar de pessoas mais aptas ao serviço público. Além disso, existia uma relação de conflito entre os poderes legislativo e executivo, quanto a criação das cadeiras isoladas.

No que tange a contratação de professores, além dos favorecimentos já citados é possível localizarmos no jornal *O Imparcial* um número considerável de concursos, de longe o meio mais justo para a contratação do funcionalismo, embora a atuação política também interferisse nesse dispositivo. Sobre os professores trataremos no capítulo seguinte.

Inúmeras críticas eram feitas no que diz respeito à forma de seleção de professores, persistindo esse problema décadas a fio. Segundo Pinheiro (2002:35): “(...) a situação permanecia a mesma, e denúncias quanto aos critérios adotados para a seleção do professorado público provincial (...) repetiam-se”.

Nesse contexto, a criação e extinção de cadeiras era alvo de barganhas políticas e do mandonismo local, que viam nesse movimento uma forma de ampliar ainda mais o seu domínio. Não existia um procedimento claro por parte da assembleia no que tange a criação

de cadeiras, mas existia uma recomendação do diretor da instrução de que elas deveriam possuir no mínimo uma frequência de 20 alunos.

Muitos gestores se empenhavam em criar uma normatização e proporcionar políticas para o desenvolvimento da instrução, mas como já foi dito a densidade populacional era muito baixa, sendo o número mínimo de alunos difícil de ser atingido. Desse modo, essa meta se constituiu um obstáculo para o acesso a educação daquelas localidades mais distantes.

No recorte pesquisado a década de 1870 foi o período com o menor número de jornais localizados, mas é possível perceber a postura fiscalizadora e oposicionista de alguns jornalistas. Os jornais além de trazerem em suas páginas notícias do dia-a-dia e crônicas políticas também eram responsáveis pela divulgação de atos do governo. Nesse ponto, o jornal *A Opinião* reclama que tal expediente é publicado com atraso, o que prejudica a circulação dessa informação.

Da mesma maneira como na década anterior, é colocado o estado de penúria da província, sempre com a alegação da necessidade de redução de gastos. Nesse ponto, o jornalista que escreveu a matéria *Publicidade*, presente na edição do dia 15 de julho de 1877, prega que a publicidade dos fatos seja feita em tempo hábil, afim de que a imprensa possa cumprir seu papel de fiscalização dos atos do governo. Os atos em questão dizem respeito à supressão de cadeiras, além de discutir as medidas necessárias para o desenvolvimento da instrução na província. O que se busca é a notoriedade dos fatos, por isso: “Só a imprensa, só a publicidade iluminarão o futuro da província”²¹.

Como já foi dito em outra parte deste trabalho, os periódicos assumiam uma postura partidária, fazendo oposição ao presidente da província com orientação contrária a do jornal. Desse modo, cada ação administrativa executada pelo governo era recebida de forma calorosa. Na edição de *A Opinião* do dia 20 de setembro de 1877 aparece o relato da postura do governo em relação a um projeto, não identificado, que suprimiu 32 cadeiras do ensino primário. Portanto, um jornalista responsável pela matéria *Instrução Pública* vai de encontro a este ato governamental.

Entre outras coisas, esse projeto foi taxado como um duro golpe na instrução pública, tendo em vista que além da extinção dessas cadeiras os respectivos professores iriam ficar desempregados. O presidente é então alertado para não desamparar estes funcionários, além de não realocá-los em cadeiras longe de suas localidades de origem. Enfim, o texto termina com o apelo para que a execução desse projeto seja mais branda do que a lei em si. Não é

²¹ *A Opinião*. 15/07/187. *A Opinião*. *Publicidade*.

possível mensurar ao certo o real alcance desse discurso, mas é interessante observamos que mesmo com seus próprios interesses a imprensa atuava como fiscalizadora das ações governamentais.

O comparativo entre os anos de 1854 e 1864 realizado por Pinheiro (2002) demonstra que ocorreu um aumento na oferta de cadeiras e também no número de localidades, embora o contingente de alunos ainda continuasse baixo. A partir do ano de 1877 as que tivessem frequência inferior a 20 alunos passariam a serem extintas. Esse número estipulado gerou questionamentos. A década de 1860 ainda foi marcada pela criação de novos municípios e a constituição de novos aparelhos administrativos, o que leva a necessidade da criação de novas cadeiras.

O que contribuiu para o estado precário da instrução foi a falta de uma continuidade de investimentos, desse modo, a organização escolar, tão necessária, não pode se desenvolver de forma eficiente. A educação ainda continuava excludente e sem possibilidades de atender a um contingente maior de pessoas. O aumento do número de cadeiras não é eficiente se os professores estão mal preparados e o local das aulas é impróprio e sem estrutura. Nesse sentido, Pinheiro (2002 : 44) relata: “No mesmo período, 220 alunos a mais foram matriculados; simultaneamente, no entanto, verificou-se uma queda da média de alunos regularmente matriculados por cadeira isolada”.

A década de 1870 foi marcada por movimentos sociais²², o que despertou a necessidade da instrução para a população. A camada intelectualizada e a Igreja entendiam que a falta de letramento atrapalhava a prosperidade, além de motins e revoltas colocarem em risco a liberdade. Esses grupos tinham em mente que ao proporcionar a educação para essas camadas facilitaria o controle do Estado sobre estes indivíduos.

A partir da década de 1870 as ideias liberais começaram a ganhar mais força. Nesse sentido, esses ideais assumem feições modernizantes ou até mesmo conservadoras, dependendo das forças políticas. Por estar direcionado ao indivíduo, incluía o ideário de mérito, onde o sucesso é condicionado ao esforço pessoal. A não permanência nas cadeiras estava ligada as classes mais desfavorecidas da população, fato notado até mesmo pelos detentores dos altos cargos públicos. .

Assim como na década de 1860, o montante destinado à instrução no ano de 1878 é bastante considerável, sendo disponibilizado para este setor a quantia de 94:973\$333. Neste ano específico foi o maior recurso alocado, superando até a força policial (94:049\$600). Mas,

²² Os movimentos sociais que marcaram a província da Parahyba do Norte na segunda metade do oitocentos foram o Quebra-Quilos e o Ronco da Abelha, ambos mencionados no capítulo anterior.

no mesmo documento é dito que a dívida da província atingia a cifra de 598:321\$119. Um valor muito alto, sendo 103:465\$867 destinados apenas a obras públicas e o pagamento dos funcionários públicos. Nesse ponto, é dito que a Assembléia Provincial contribuiu para a falência dos cofres públicos. Além disso, vale ressaltar que em fins da década de 1870 a Parahyba do Norte foi atingida por uma grande seca, o que contribuiu para os gastos e o estado de penúria.

Para finalizar esta década, a mais escassa em fontes no período, iremos nos deter um pouco mais no caráter fiscalizador dos jornais. É comum todo fim de ano a publicação de listas e informações sobre os exames de preparatórios. Na maioria dos casos, são textos oficiais com os nomes dos aprovados ou datas das realizações dos exames. No ano de 1877, porém, a temática foi diferente.

A matéria que servirá de base para esta análise²³ faz alusão a supostos abusos ocorridos em exames de anos anteriores, provocando suspensão dos mesmos. Para que os ditos exames possam cumprir suas funções, o jornalista cobra isenção por parte do governo provincial no ato de nomear os examinadores e presidentes de banca, devendo agir com isenção neste ato. No ano anterior foram cometidos abusos, por isso, esse tom de alerta da imprensa.

Para ilustrar essa situação, temos o caso de um promotor público que desejava abrir um colégio na capital. Para atingir essa meta, se desligou de seu cargo e conseguiu ser examinador. Já na nova função, distribuiu aprovações para os estudantes, afim de conseguir o que almejava inicialmente. Apenas para ressaltar o fato, a matéria ainda expõe que ele era inepto para o serviço. Este não foi o único caso. Temos um presidente de banca nomeando parentes, venda de atestados com o nome do examinador e a certeza da aprovação, entre outros. Tudo relatado na imprensa.

Não entrando no mérito se tais denúncias eram verídicas ou não, podemos dizer que a cada ação governamental os jornais contra-atacavam, embora com interesses próprios para fazê-lo. Além disso, é possível perceber na fala de alguns jornalistas do período a necessidade da instrução popular. Para tanto, temos o seguinte trecho²⁴: “E, nós que reconhecemos a necessidade da instrução do povo, aplaudimos a idéia de vulgarizar o conhecimento tão útil das mais importantes nações científicas”.

²³ A Opinião. 01/11/1877. Publicação Solicitada. Exames Geraes de Preparatorios.

²⁴ A Opinião. 31/05/1877. Noticiario. Instrução Popular.

Partimos então para a última década do império e suas particularidades. Período de grandes mudanças, como a abolição e a proclamação da república em âmbito mais geral. Além disso, de todo período estudado é marcado por uma maior quantidade de jornais, muitos que felizmente sobreviveram ao teste do tempo. Justamente pela abundância de fontes alguns assuntos precisaram ser negligenciados em detrimento de outros.

Começamos com o ano de 1882 e o Jornal da Parahyba. Nesse período os jornalistas do referido periódico irão defender que o ensino público paraibano está em decadência. O magistério primário aparece em estado lastimável, em virtude da falta de ação do governo. Por sua vez, a mocidade é retratada como mal educada, pouco instruída e longe dos bons costumes. Além disso, temos que são esses jovens mal preparados que irão ocupar os cargos e posições de destaque na sociedade.

Algo muito interessante nesta matéria²⁵ é o relato que mesmo nesse estado de abandono são apenas os filhos de famílias ricas os atendidos pela instrução, ficando os mais pobres alheios a tudo isso. Nesse ponto, temos que os cidadãos ocupantes de cargos de destaque são originários de berços nobres. Se os mais abonados estão entregues a este tipo de instrução qual seria a sorte da grande parcela da população? Segundo os documentos analisados estão entregues a um letramento na melhor das hipóteses deficitário, com uma educação que não traz benefícios. O jornalista afirma que o resultado é o seguinte:

Nenhum, certamente, por que em breve, se entregarem-se á essas ocupações rudes, próprias da pobreza, aliás muito louváveis, uma vez que d'ellas tirem os necessários meios de subsistência – em breve, tínhamos dito, a esquecerão, e ficarão quase reduzido ao completo estado de embrutecimento moral...”

O estado de suposto abandono da instrução é constante nos textos, sendo a possível solução uma maior atenção por parte dos administradores. A educação é vista como um dos ramos mais importantes do serviço público, merecendo, portando, uma atenção e dedicação maiores. Deste modo, o desenvolvimento da nossa pequena província é atrelado ao cuidado com a instrução primária, reiterando o discurso de que a educação pode proporcionar o adiantamento das nações.

A cobrança abusiva de impostos também aparece nos jornais, devendo a população cobrar por melhorias na educação, tendo em vista que já pagam altas taxas que deveriam ser convertidas para os melhoramentos da província. É uma questão bastante complexa, pois o

²⁵ Jornal da Parahyba. 01.03.1882. Jornal da Parahyba. 1º Março.

autor do texto faz uma retrospectiva dos males que a falta de atenção as camadas mais pobres da população pode causar. Entre outras coisas, temos a prática de crimes, no intuito de escapar do total estado de miserabilidade. Para ilustrar esta situação temos o seguinte trecho: “(...) porque o homem tem tanta necessidade de instrução, quanto tem de alimento: se este serve para manter seu corpo, aquella serve para pô-lo ao conhecimento de seus deveres, para dirigi-lo em seus negocios, para fazê-lo, em fim, um ente útil á si, á família e á sociedade”.

Os jornalistas do próprio *Jornal da Paraíba* dizem nas páginas do periódico que são filiados a determinados grupos políticos, ressaltando que mesmo possuindo essa postura político-partidária seus comentários não devem ser confundidos com uma simples oposição, mas sim uma cobrança por melhorias na instrução pública. No nosso primeiro capítulo temos uma tabela com o nome de alguns deles e suas respectivas profissões. Percebemos que alguns eram professores, o que pode explicar a propriedade dos discursos proferidos e a maior atenção nesta temática, em determinados períodos. Além disso, vale ressaltar que o *Jornal da Parahyba* possuiu uma postura diferente ao longo da década de 1880, sendo até 1883 as matérias compostas em sua maioria pelos próprios jornalistas. No biênio 1886-87 o periódico assume uma postura tipicamente oficial e passa a publicar, em sua maioria decretos, leis, regulamentos, e demais atos oficiais²⁶.

Isso corrobora com a idéia de que um jornal filiado a um partido político, nesse caso o conservador, assume uma postura mais burocrática e menos fiscalizadora quando seu grupo está no poder. Neste quesito, o periódico já citado dispõe de textos relevantes muito provavelmente por ser de oposição ao atual ocupante da cadeira presidencial.

A Escola Normal foi criada em 1884, mas já começa a figurar na imprensa no ano de 1882, mostrando que alguns debates já estavam postos antes da criação da instituição. Mas, como este assunto aparecia na imprensa? Simplesmente como a solução para reerguer o magistério primário. A nossa história educacional é marcada por soluções mágicas, que na maioria das vezes surgem como meio único e infalível para “salvar a mocidade”. Neste ponto, temos o seguinte²⁷:

Logo, a criação de uma escola normal nesta província será, na nossa humilde opinião e na dos homens amantes da instrução, da civilização – a redempção do magistério primario, por que d’elle irão fazer parte, não analfabetos, mas sim verdadeiros preceptores da mocidade.

²⁶ Posso citar a Publicação dos Regulamentos da Instrução Pública nº 33 e nº 36 e um aditivo ao nº 30. A maior parte desse material pode ser localizado na coletânea de leis e decretos publicados por PINHEIRO & CURY (2004).

²⁷ *Jornal da Parahyba*. 25/03/1882. *Jornal da Parahyba*, 25 de março.

Não se discute a necessidade dessa instituição, mas sim o discurso do jornalista, que talvez na busca de propor soluções exagera e tenta colocar que o problema da instrução é apenas esse, esquecendo a falta de investimento na criação de cadeiras, melhor estrutura para os professores e, acima de tudo a falta de vontade política. No mesmo jornal, mas em edições posteriores, o responsável por esta seção defende que a postura crítica dos textos anteriores possui a função de esclarecer a população e não com o intuito de prejudicar o governo. Em jogo estava expor a inércia da administração provincial perante as medidas urgentes necessárias e também denunciar a contratação de pessoas no magistério sem preparação, a fim de esclarecer a população do real estado da instrução.

Essa postura de criar um artigo defendendo a própria tese foi necessária, pois o jornalista sofreu críticas e teve suas palavras supostamente distorcidas. Infelizmente não é possível identificar de qual periódico partiu esta represália, mas sabemos que o nome do articulista contrário era Julio Simon. O debate entre jornais era bastante comum, sendo a prática em questão facilmente localizável na maioria deles.

Destaco a importância deste fato porque o jornalista atacado escreveu uma série de textos (a maioria encontrados) sobre os problemas e necessidades de melhoramentos na instrução, mostrando também que o governo e a imprensa simpática a ele respondia a altura as acusações. Como exemplo temos²⁸: “O articulista parece que delira. E por que? Por que temos concorrido para que a instrução popular não continue á ser feudo do articulista e de seus íntimos...”. Ainda em sua defesa, expõe que o interesse da série de críticas é justamente proporcionar o melhoramento moral das classes pobres, tão carentes de instrução.

Ao longo de todo nosso trabalho mencionamos a importância do ensino primário. Mas, além dessa modalidade de ensino é importante lembrar que também existia em nossa província o secundário, que da mesma forma do anterior possuía seus problemas. Raras são as matérias que se aventuram a adentrar neste assunto, mas no jornal *O Publicador* encontramos este debate.

O único estabelecimento responsável em promover o ensino secundário foi o Lyceu Paraibano. Criado antes do Colégio Pedro II, em 24 de março de 1836. Os seus primeiros anos de funcionamento foram no prédio da Assembléia Legislativa Provincial. Sua função, como ensino secundário, era formar a juventude para o ingresso no ensino superior, notadamente na faculdade de medicina da Bahia ou na academia jurídica de Olinda. Nesse aspecto, a constituição do ensino médio ou secundário na Província da Parahyba do Norte

²⁸ Jorna da Parahyba. 29/04/1882. Jornal da Parahyba. 29 de abril.

seguiu as mesmas regras adotadas em todo período regencial. Sua função primeira era preparar a mocidade para o ingresso nas faculdades, em sua grande maioria filhos das elites (PINHEIRO, 2008).

Em relação ao seu corpo docente, a maioria era formada por intelectuais do período, mas como o número destes era reduzido temos a inclusão, via legislação de 1839, de sacerdotes ligados a Igreja Católica para o provimento das cadeiras do Lyceu. A participação desses eclesiásticos na instrução pública era incentivada pelos próprios gestores, aumentando a participação da igreja católica (a separação entre Igreja e Estado só ocorreu na república). Ainda nesse aspecto, existia a ideia de que para se formarem homens de bem seria necessário uma boa formação moral (PINHEIRO, 2008).

Desde os primeiros anos de sua criação, notamos a necessidade da implantação do ensino profissionalizante, no intuito de preparar os alunos para o exercício de atividades ligadas ao comércio e também para suprir os quadros administrativos do estado paraibano. No entanto, até as primeiras décadas da república temos a importância da prevalência do ensino no Lyceu com o caráter preparatório para os exames superiores (PINHEIRO, 2008).

A primeira matéria que debate este assunto se justifica por tentar elucidar o motivo de no ano de 1884 o ensino secundário ainda se encontrar no ostracismo. Neste sentido, reaparece o velho argumento de que a instrução primária está mal estruturada, desse modo, prejudicando todo o restante da instrução. Temos o seguinte²⁹: “Pretender reformar a instrução secundária sem reformar a primária seria tão absurdo como o propor-se á edificar um edificio sem primeiro fundar o alicerce.”

Entre outros motivos, compete para o descaso do ensino secundário a má escolha dos mestres, o método de ensino arcaico utilizado, número reduzido de cadeiras, falta de dedicação aos estudos e ausência da iniciativa particular. Todos esses problemas se somam aos já existentes.

No entanto, a causa primeira que compete para a decadência do ensino público desse nível está nos exames preparatórios. Já foi relatado o caso de um promotor público que participou desses exames almejando ganhos pessoais. Neste quesito, o jornalista do *Publicador* critica a participação de pessoas que não fazem parte do magistério público nas bancas. A baixa qualidade dos examinadores em alguns exames compete para aumentar o descrédito das provas, fazendo com que um estudante mal preparado tenha certeza de uma aprovação, sem o devido mérito.

²⁹ O Publicador. 06/10/1884. O Publicador. Parahyba, 6 de outubro de 1884.

De acordo com a lei de 7 de dezembro de 1883 esse problema foi amenizado, tendo em vista que proporcionou relativa independência dos julgadores, ao desincompatibilizar o professor do serviço público com a iniciativa privada³⁰. Sobre este aspecto temos³¹:

E já estamos apreciando os benefícios salutareos de medida tão importante. Assim o Lyceu está se povoando de estudantes de maneira que o número deles tem augmentado consideravelmente. Os exames aos quaes se procedeu em Julho correrão com regularidade.

A medida mencionada foi aceita com elogios pela imprensa, tendo em vista que um professor que atuasse tanto na esfera pública quanto privada não possuía imparcialidade ao avaliar seu aluno particular. Se este ato não resolveu todos os problemas pelo menos contribuiu para uma melhor seleção, proporcionando maior neutralidade na avaliação dos exames.

Neste caso, seria imprudente proibir o professor de procurar outros meios de complementar seu sustento e de sua família restringindo sua área de atuação apenas ao serviço público. Deste modo, coube ao governo aumentar seus vencimentos. Longe do ideal, o aumento proporcionado pelos cofres públicos serviu para amenizar esta situação, muito embora o discurso da fragilidade das receitas provinciais se faça presente.

Em relação ao método de avaliação dos discentes, temos inúmeras críticas a prova escrita. Segundo a matéria³²: “Entendemos pois que a abolição da prova escripta contribuirá para melhorar o julgamento dos exames, e mesmo para proveito real dos estudantes, e por conseguinte para o progresso e elevação do ensino secundário *Persicos odi puer apparatus* .”. O corpo de jornalistas do *Publicador* defendiam que o único meio justo de avaliar os discentes seria a prova oral, menos susceptível a fraudes.

A Província da Parahyba do Norte também teve seu periódico abolicionista, o *Arauto Parahybano*. Trazia em sua descrição de Periódico Litterario, Noticioso e Abolicionista, mas após o evento que culminou na libertação dos escravos aparece na edição de 27 de maio de 1888 que uma melhor descrição seria: Evolucionista, literário e noticioso. Não temos um número exorbitante de exemplares para análise, mas o que dispomos são de grande relevância³³.

³⁰ Neste caso, o professor só estaria apto para trabalhar nas bancas dos exames preparatórios se fosse exclusivo da instrução pública, não devendo atuar na iniciativa privada.

³¹ O Publicador. 06/10/1884. O Publicador. Parahyba, 6 de outubro de 1884.

³² O Publicador. 06/10/1884. O Publicador. Parahyba, 6 de outubro de 1884.

³³ Estão disponíveis para pesquisa dezesseis exemplares, todos localizados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Como a bandeira da libertação dos escravos já tinha sido alcançada, o jornal passa declaradamente a concentrar seus esforços na educação do povo, pois sem instrução o homem nunca será de fato livre. Desse modo, afirma que é dever do governo voltar seus esforços para o melhoramento deste setor, cabendo à imprensa, órgão do povo, fiscalizar os atos das autoridades. Mais uma vez na documentação a criminalidade aparece associada a falta de educação, sendo assim³⁴: “Os efeitos da liberdade sem instrução serão nullos, e para que o homem livre não se atire aos braços do crime cumpre esclarecer-lhe o espirito”.

Os jornalistas que compõem o corpo redacional desse jornal, além de abolicionistas, advogam que mesmo estando o Brasil livre da chaga da escravidão ainda não constitui um país livre. Para estes homens a lei de março de 1888 foi importante, mas trata-se apenas de uma batalha vencida. Os libertos ainda continuam cativos, agora não mais pela corrente, mas sim pela ignorância. Não é possível sair de um estado de barbárie secular (se levarmos em consideração a idéia da civilização eurocêntrica) para altos graus civilizatórios. Algo ressaltado é a boa índole e principio de moralidade dos ex-escravos brasileiros, principalmente por não terem se vingado dos indivíduos que os humilharam durante tanto tempo. Segundo a matéria, não seria possível conter uma revolta de tais proporções. De acordo com o Arauto Parahybano³⁵: “(...) o Brazil a esta hora estaria sob iminencia de um perigo enorme, impossível de remover, pois, contra o levantamento de uma raça inteira, sedenta de vingança para os crimes contra ella praticados na lugubre senzala, não haveria força a oppor!”.

A Lei Áurea seria apenas o primeiro passo rumo à verdadeira liberdade. As dificuldades aparecem porque se o Brasil busca melhoramentos na instrução, faltam meios de realizá-los. Só a educação figura como solução efetiva de nossos problemas, e a nossa segundo o jornal é a pior possível. Essa educação tão mencionada até agora não é aquela do letramento básico e a simples decoração de velhas formas e métodos, mas sim a que trata de construir um indivíduo de caráter, consciente dos seus direitos e acima de tudo um cidadão.

Algo interessante dito no periódico é que a iniciativa particular praticamente inexistente, restando ao governo a dura e onerosa tarefa de resolver este problema. Falta na educação uma reforma de base, a fim de extirpar da sociedade velhas práticas, além de melhor preparar os professores. Para tanto³⁶: “Uma reforma nesse sentido é o que falta a nós, que nascemos livres, e aos nossos irmãos que foram escravos”.

³⁴ Arauto Parahybano. 27/05/1888. Arauto Parahybano. Depois da abolição.

³⁵ Arauto Parahybano. 12/06/1888. Arauto Parahybano. O que nos falta.

³⁶ Arauto Parahybano. 12/06/1888. Arauto Parahybano. O que nos falta.

Diante do que já foi exposto fica claro que de acordo com o jornal a Província da Parahyba do Norte se encontrava em verdadeiro atraso, diante das demais. O alvo de toda crítica era a instrução primária. A perspectiva de mudança era desanimadora, tendo em vista que faltava a vontade política para realização de mudanças. Os que dispunham de poder e recursos não voltavam sua atenção para este ramo da instrução, restando apenas a indiferença. A política era retratada nas matérias como mesquinha e baixa, se preocupando apenas com discussões levianas e sem utilidade para sociedade. Em cena estava o indivíduo e seus jogos políticos de favorecimentos.

Onde fica o povo nessa história? À margem do saber e entregue a criminalidade. Para os militantes do periódico a corrupção imperava, fazendo vítimas com seu descaso. Esse quadro atingia a capital e também cidades do interior, em condições ainda mais sofríveis. Nesta conjuntura, as reformas realizadas na instrução supostamente apenas pioravam o quadro, tendo em vista que contribuía para aumentar os favorecimentos com a ocupação de cargos por pessoas ligadas a determinados grupos.

O jornal ainda contesta a penúria dos cofres públicos, tendo em vista que se faltava verba para os melhoramentos nos diversos setores da administração sobrava dinheiro em caixa para os excessos da política governamental. O desperdício e a falta de prioridade com as despesas urgentes contribuía para agravar o quadro. Nesse sentido³⁷: “(...) porque os cofres públicos são propriedade política, e a política entre nós é uma individualidade que absorve toda seiva vital da província”. A Assembléia Provincial figura como culpada desta situação e a população é convocada a sair do estado de cegueira em que se encontrava. Cabe uma ressalva nesse ponto. Como direito ao voto era excludente, ficando uma parte considerável do povo a margem do sufrágio, não é possível debitar essa reponsabilidade as massas, tendo em vista que pouco contribuía na composição das casas legislativas. Contudo, concordamos com o descaso.

Para concluirmos esta análise e passarmos para o ano de 1889 é interessante reiterar a importância do ensino primário para aqueles que colaboravam com o *Arauto da Parahyba*. Constitui-se na base de todos os outros, dos preparatórios ao ensino superior. Uma base bem feita servirá para proporcionar um melhor proveito nas etapas que se seguem. Segundo a edição nº 29³⁸: “... porque não sabendo ler correctamente, jamais será bem sucedido no estudo superior...”. Mas, o jornal defende que a instrução seja limitada, no sentido de serem priorizadas as localidades maiores, preparando o pessoal para exercer a profissão. A idéia é

³⁷ Arauto Parahybano. 28/06/1888. Arauto Parahybano. O nosso atraso.

³⁸ Arauto Parahybano. 23/08/1888. Arauto Parahybano. Instrução Pública.

desenvolver a instrução nos grandes polos e na medida das possibilidades ir aumentando gradativamente a malha escolar, a fim de evitar um crescimento desordenado e sem base econômica sustentável.

O último ano do império só pode ser representado pelo jornal *A Gazeta da Parahyba*, tendo em vista se tratar do único volume disponível para pesquisa. Um fato importante que moveu as sessões políticas do ano anterior foram os atos do presidente da província Dr. Pedro Correa. Na notícia do dia 15 de janeiro de 1889 intitulada: *Até que emfim!* os jornalistas comemoram a mudança de governo, pois entre outras coisa alegam³⁹: “(...) se não perturbasse o serviço da instrução pública, a que parece ter o Sr. Pedro Correa verdadeiro ódio; se não demitisse professores vitalícios; se não negasse direito a eles requeridos (...)”. Separei apenas os argumentos relativos à instrução, mas as posturas e atitudes daquele senhor afetaram toda a administração foram criticadas nessa matéria.

No ano anterior o redator chefe da *Gazeta da Parahyba* e até então diretor da escola normal, o Sr. Eugenio Toscano de Brito, foi demitido por esse presidente. O alegado na imprensa à época foi perseguição política, visto divergirem de orientação partidária. Sendo assim, tal fato gerou uma série de matérias de autoria do próprio ex-diretor, com os nomes de *A minha exoneração parte I, II e III*, onde é possível presenciar uma versão da história. Todos os jornalistas dos periódicos eram amigos do Dr. Eugenio T. Brito, sendo a mudança na cadeira presidencial um motivo mais do que justo para comemorações. Os meses que se seguiram a exoneração foram marcados por uma perseguição ferrenha da imprensa liberal ao então presidente.

Seguindo as matérias do ano de 1889 encontramos o ato que reintegrou o Dr. Eugenio ao cargo de professor, agora já sob o governo do Barão de Abiahy, despertando aplausos por parte da *Gazeta*. Comentar o conteúdo desse jornal é mergulhar em textos tipicamente políticos, embora o periódico sustente uma postura de “neutralidade”. Durante meses temos manifestações de apreço ao redator chefe do jornal.

O jornal em questão ainda foi responsável por um fato curioso. Boa parte do ano de 1886 foi marcado por inúmeros atos do governo presidencial referentes a instrução. Leis, decretos, regulamentos, nomeação de professores entre outros foram destaque da administração do Sr. Antonio Herculano de Souza Bandeira. No entanto, com a mudança na cadeira presidencial e a posse de outro presidente a instrução foi posta em segundo plano neste periódico e a força pública passou a figurar de forma mais presente nas páginas do

³⁹ A Gazeta da Parahyba. 15/01/1889. A Gazeta da Parahyba. Até que emfim!

jornal. Não existe uma razão aparente para tal mudança, mas é interessante analisarmos que além da orientação partidária alguns entes públicos tinham suas próprias convicções e levavam a cabo suas idéias pessoais, muito embora uma melhor análise seja necessária afim de não cometermos injustiças.

Ao longo deste capítulo procuramos fazer uma breve retrospectiva de como estava o estado da instrução na segunda metade do século XIX, utilizando como fonte as matérias de jornais. Percebemos que a precariedade dos cofres públicos foi o argumento utilizado para a falta de investimento e cortes de gastos. A instrução, segundo os jornalistas da Paraíba imperial, estava em decadência, precisando urgentemente de mudanças. Mas, os homens responsáveis pelo periodismo paraibano não se contentavam apenas em criticar o governo, propondo em determinados momentos soluções.

Capítulo 3 : Os sujeitos da educação.

No corrente capítulo iremos discorrer sobre os protagonistas da educação: os professores e os estudantes⁴⁰. Neste sentido, trataremos da documentação oficial publicada nos periódicos (demissões, jubilações e contratações), além de algumas resenhas e textos jornalísticos, buscando compreender de que forma a imagem de ambos foi sendo construída na imprensa no decorrer do oitocentos.

O primeiro passo para entendermos como funcionava a instrução pública paraibana é analisar de que forma a profissão docente estava representada, tendo em vista que todos os debates passavam em determinados momentos pela figura dos lentes⁴¹. Se antes a tarefa de ensinar estava restrita à iniciativa particular, A partir do Ato Adicional de 1834 o Estado toma para si esta empreitada, fazendo com que a instrução se articulasse com o projeto de construção da nação brasileira. Para garantir o sucesso desta prática, o governo passou a exercer um controle sobre o professorado, no intuito de coibir possíveis falhas⁴².

Na instrução pública temos aqueles professores ligados ao Lyceu Parahybano que faziam parte da elite local⁴³ e os da instrução primária, frequentemente taxados como verdadeiros responsáveis pelo desando da educação. Sobre este aspecto, Gomes (2008 : 101) assina: “Enquanto estes últimos eram apontados muitas vezes como um grande problema da instrução pública, aos professores secundários sobravam elogios a sua atuação”. Neste ponto, é bom lembrar que as aulas da instrução secundária estavam restritas ao ambiente do Lyceu, único estabelecimento destinado para este fim no oitocentos.

A imagem construída em torno dos lentes da instrução primária na maioria dos casos era negativa⁴⁴, sendo necessária uma constante fiscalização sobre esta atividade. Nos periódicos paraibanos encontramos pedidos de licença, aposentadoria, anúncios⁴⁵, concursos, além de matérias sobre a necessidade de melhor formar o corpo docente e proporcionar um vencimento mais digno.

⁴⁰ O discurso na maioria das vezes será centrado nos docentes, tendo em vista que o material relativo aos estudantes, se comparado com a outra categoria em questão, é escasso.

⁴¹ Em alguns momentos na documentação os professores são chamados de lentes.

⁴² Sobre esta temática temos o trabalho de Gomes (2008). No que tange a disciplina temos o TACC de Miranda (2009), que trata sobre os métodos punitivos e disciplinares aplicados na Parahyba Oitocentista (1822-1864).

⁴³ Os lentes do ensino secundário eram bem vistos na província. Neste sentido, temos uma matéria no jornal A Regeneração do dia 04/09/1861 que diz: “O pessoal empregado na instrução secundária é reconhecidamente habilitado e idoneo. Os lentes do Lyceu distinguiram-se sempre na sua melindrosa missão de preceptores da mocidade (...)”.

⁴⁴ A imagem era negativa no sentido de que os professores muitas vezes não possuíam a preparação necessária para exercer o magistério, além dos que ocupavam cargos por favorecimento pessoal.

⁴⁵ Os professores utilizavam deste expediente para vender seus serviços à iniciativa particular. Ver anexo A.

A forma de ingresso no magistério público se dava por meio de concursos, o que não impedia o governo de contratar seus apadrinhados. Sempre que a instrução necessitava de contratações, segundo Gomes (2008 : 105): “Portanto, sempre que as precárias condições da instrução pública necessitassem de medidas urgentes para o provimento das cadeiras abertas, eram realizados arranjos para suprir essas necessidades”. Foram criados mecanismos de controle como comissários da instrução pública⁴⁶, além de outras formas de controle sobre a atividade docente. Uma queixa sempre presente trata da baixa remuneração dos professores. O Estado reconhecia este problema, mas alegava que a situação dos cofres públicos sempre era deficitária, justificando dessa forma os baixos recursos destinados à instrução⁴⁷.

Em meados de 1858 encontramos a primeira menção ao nome de um professor público, publicado no jornal *A Imprensa*⁴⁸. Trata-se de uma matéria oficial que trazia inúmeras nomeações para diversos cargos na província, dentre eles o de professora publica da vila de Catolé do Rocha, sendo nomeada para o cargo D. Hermelinda Maria da Conceição e Souza. No decorrer de todo o recorte temporal proposto para a pesquisa encontramos nomes de professores, sendo possível traçar um mapa de contratados e demitidos dos quadros administrativos da província.

Se na década de 1850 a documentação é escassa, nos anos seguintes a situação se inverte e temos dois jornais importantes: *A Regeneração* e *O Imparcial* com várias matérias sobre a instrução. Em relação ao segundo pouco pudemos apreender, tendo em vista que, pelo menos nos volumes localizados, serviu apenas para divulgação dos atos oficiais. O primeiro, por sua vez, além dos documentos oficiais apresenta textos e resenhas que mesmo em menor número ajudam a traçar o panorama do estado da instrução e meados da década de 1860⁴⁹.

Em um relatório apresentando na *Regeneração* encontramos os nomes de professores jubilados, demitido e removidos⁵⁰. Trata-se de uma documentação oficial, mas tem sua importância na medida em que traz alguns nomes de professores que aparecem em outros periódicos em épocas distintas. Como exemplo, podemos citar o professor Cyro Diocleciano. No ano de 1861 é transferido da cadeira de Pedras de Fogo para Mamanguape. Quase vinte

⁴⁶ Estes comissários eram pessoas da comunidade que fiscalizavam a atividade docente sem receber vencimentos.

⁴⁷ Se analisarmos os orçamentos destinados a instrução veremos que os recursos alocados para este fim não eram pequenos, muito pelo contrário, em alguns casos tratava-se da maior despesa da província. Em contrapartida, não sabemos se de fato o destinado era aplicado, causando uma dicotomia entre o escrito (lei orçamentária) e a prática.

⁴⁸ *A Imprensa*. 14/05/1858. *A Imprensa*. Noticiário.

⁴⁹ Particularmente os anos de 1861 e 1862.

⁵⁰ *A Regeneração*. 07/08/1861. *A Regeneração*. O Relatório do Exm. Sr. Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Para a listagem completa dos professores consultar o anexo B.

anos após este evento o referido lente aparece em uma petição na *União Liberal* solicitando um aumento em sua gratificação como professor jubilado. Esse caso não é isolado, pois no capítulo 2º citamos o caso de um professor demitido que anos mais tarde ressurgiu na documentação sendo alvo de denúncias.

Como forma de divulgar os seus serviços e até mesmo ganhar crédito perante a sociedade os professores utilizavam a seção *Annuncios* dos jornais⁵¹. Esta prática era constante no período. Professores de Latim, Música, Matemática e demais disciplinas vendiam os seus serviços por meio da imprensa. Em jogo estava a autopromoção, tendo em vista que aparecer nos periódicos proporcionava uma maior visibilidade e prestígio ao lente. Além disso, podemos pensar a necessidade de complementar o orçamento, pois os vencimentos pagos pelo setor público na maioria dos casos eram diminutos sendo necessário conseguir o sustento por outros meios, em especial, as aulas particulares.

Assim como no caso dos professores, é possível deduzir pela documentação que existiam dois tipos de alunos na província. Em primeiro lugar, estão os de famílias importantes que figuravam na imprensa através dos exames, frequentemente parabenizados pelos seus respectivos ingressos no ensino superior, como a Faculdade de Direito do Recife ou a Faculdade de Medicina da Bahia, por exemplo⁵². Por outro lado, temos os alunos livres e pobres, na maioria das vezes prejudicados pela falta de uma maior atenção na instrução pública. Quem eram os estudantes que apareciam na imprensa? Sobre este grupo temos matérias sobre os exames preparatórios, relatos sobre a necessidade de instruir a mocidade paraibana, felicitações pelas aprovações nos cursos superiores dentre outros.

Alguns estudantes poderiam usufruir de uma instrução particular. Os documentos revelam que em 1861 as aulas deste seguimento contavam com exatos 137 alunos, número baixo se comparado à instrução pública, porém importante no sentido que traz informações a respeito da iniciativa privada, algo não tão comum na documentação.

Sobre o Lyceu Parahybano na década de 1860 ainda destaca-se uma matéria publicada na *Regeneração* por Thomás d'Aquino Mindello⁵³. O texto critica a postura do Pe. Lindolfo José Correa das Neves⁵⁴, que teria criticado a postura do Sr. Mindello. São tratados vários temas no artigo jornalístico, mas a parte que nos interessa aqui ressaltar é aquela que faz menção ao ensino secundário e aos estudantes da província. Para este senhor, os discentes

⁵¹ Consultar o anexo A.

⁵² Consultar o anexo C.

⁵³ A *Regeneração*. 10/03/1862. Comunicado.

⁵⁴ O Padre foi um notável jornalista que esteve a frente durante anos do jornal *O Publicador*. Para mais informações consultar a tabela 1º no capítulo 1.

provenientes desta instituição são preparados e atingem a aprovação nas provas aplicadas em Pernambuco. Além disso, os professores não deixam a dever no quesito qualidade a nenhuma província, sendo seus méritos reconhecidos pela opinião pública.

A década de 1870 foi a menos generosa com os pesquisadores, pois sobreviveram apenas dois periódicos⁵⁵. No pouco material que tivemos acesso fica marcada a situação precária em que se encontravam os professores da província, que além das péssimas condições de trabalho em alguns casos ainda eram prejudicados por uma parte da legislação.

A imprensa, que sempre se mostrou atuante em toda a documentação analisada, faz severas críticas a Lei nº 651, datada de outubro de 1877. Em linhas gerais, é dito que a vitaliciedade do professorado sofreu um duro golpe, em virtude da supressão de 32 cadeiras do ensino primário. Mais uma vez é recorrente o discurso de que o corte de gastos se faz necessário, em virtude do endividamento das finanças públicas e a necessidade de sanar os déficits financeiros.

Os docentes são prejudicados no momento em que, mesmo gozando da vitaliciedade do cargo, ficam à disposição, sem, contudo receberem qualquer vencimento. A denúncia feita pelo jornal é de que enquanto esses profissionais qualificados e ocupantes legítimos dos cargos ficam à disposição um número razoável de professores demissíveis continuam trabalhando, inclusive com mais vantagens do que os demais.

O cálculo demonstrado no periódico é que de acordo com um relatório da própria presidência da província, apenas 3.210 alunos recebiam instrução. Número bastante reduzido, se compararmos com os dados populacionais expostos no capítulo primeiro deste trabalho. O jornal relata esta assustadora cifra⁵⁶: “Em uma população livre de 360:000 almas, como é calculada a d’esta província, devem existir com idade escolar cerca de 60:000 pessoas. É aterradora aquela cifra de 3.210!”.

De acordo com o jornal, os professores vitalícios não seriam os verdadeiros culpados da situação penosa da instrução, tendo em vista que a eles pouco compete a responsabilidade pela baixa frequência de alunos, motivo da supressão de cadeiras. Neste caso, se realmente fosse necessário demitir uma parcela dos lentes que fosse feito nos quadros de docentes efetivos, que mesmo após a execução destas lei continuaram trabalhando normalmente e recebendo suas respectivas vantagens.

⁵⁵ Assim como as demais, a década de 1870 também foi marcada por uma grande expansão do jornalismo paraibano, mas pouquíssimas coleções foram arquivadas em estado razoável de pesquisa. Destaco o jornal *A Opinião* e a *União Liberal*, ambos vinculados ao partido liberal. Além destes, até o momento não encontramos outros exemplares.

⁵⁶ *A Opinião*. 15/11/1877. *A Opinião*. Parahyba, 15 de novembro de 1877.

Este tipo de postura afeta tanto professores quanto estudantes, no momento em que a província diminui o número de cadeiras e restringe ainda mais o acesso à educação. Pelos dados populacionais levantados até o momento fica claro que uma parcela razoável da população em idade escolar estava fora da escola, sendo assim, o correto seria reforçar ainda mais a malha escolar no intuito de equacionar este problema. Mas, como ficam os docentes com cargos vitalícios nesta história? O jornal *A Opinião* assinala que⁵⁷: “São espoliados dos seus direitos adquiridos e forçados da miséria. Com suas famílias devem esmolar o pão da charidade, porque as leis garantiram-lhes um direito, e são credores do Thesouro Provincial”.

Outro periódico da época, a *União Liberal*, data de 1879 e não traz muita novidade em seu conteúdo. A partir do material analisado podemos afirmar que atuava de forma tipicamente oficial, sendo composto por leis, decretos, atas da assembleia legislativa entre outros expediente governamentais. Os professores aparecem razoavelmente em suas páginas, sempre nos moldes oficiais. Os estudantes, por sua vez, não são representados no periódico, ficando esta lacuna na pesquisa.

No ano de 1882 temos o *Jornal da Parahyba*. Uma temática que já tínhamos chamado a atenção⁵⁸ diz respeito à prática de crimes. Apenas educando a população a sociedade se viria livre deste mal. Os administradores seriam os responsáveis em deixar a população entregue a sua sorte, devendo, portanto deveriam investir na instrução. Em determinados momentos da década de 1880 o periódico em questão se restringe a divulgação de atos oficiais.

No início de 1884 temos um documento muito interessante que relata o estado da instrução na província⁵⁹. Neste texto, a parte que nos interessa são as referências feitas aos docentes. Os professores primários são retratados como causa do atraso enfrentado pela educação paraibana. Compete para esta afirmação a falta de idoneidade e despreparo dos lentes⁶⁰. Os concursos realizados favoreceriam os apadrinhados, que mesmo estudando e se preparando para exercerem os cargos ainda executavam suas funções de modo pouco satisfatória, prejudicando desta forma os estudantes. Segundo o texto: “Ao contrario, como em geral acontece, elle não toma interesse algum pelo desempenho do cargo, e faz delle apenas um meio para receber ordenado no fim do mez”.

No mesmo documento temos que uma reforma na instrução era necessária, para tanto, o primeiro passo seria criar uma instituição para formação de professores. Este

⁵⁷ A Opinião. 15/11/1877. A Opinião. Parahya, 15 de novembro de 1877.

⁵⁸ Jornal da Parahyba. 01/03/1882. Jornal da Parahyba. 1º de março.

⁵⁹ Diário da Parahyba. 19/02/1884. Apedidos. Exposição do estado da Instrução Primaria e Secundaria da Provincia da Parahyba do Norte apresentado ao congresso da instrução.

⁶⁰ No texto é feita a ressalva que há exceções.

estabelecimento seria a escola normal, que até a presente data ainda não tinha sido criada⁶¹. No texto é indicado que já existiu um debate prévio sobre a necessidade da implantação desta instituição, mas devido a fragilidade das finanças províncias o projeto foi abandonado.

Em outra matéria⁶² fica destacado que a instrução paraibana só pode alcançar um estado de funcionamento satisfatório quando o método de ensino for melhorado e os professores passarem a receber um salário condizente com sua função. Mas, outro fator já mencionado volta à tona: a falta de preparo para exercer o magistério. Tal quadro supostamente afastaria os alunos do ensino público, fazendo com que os pais que dispunham de recursos procurassem na iniciativa privada uma melhor educação para seus filhos.

No ano de 1885 é relatado no jornal *Diario da Parahyba* a necessidade da criação um colégio de educandos. Os jornalistas deste periódico solicitam que seja “levantada” esta obra tão útil a mocidade paraibana⁶³. Neste ponto, é colocado que a província da Parahyba do Norte se encontra em sinal de atraso por que não propicia o ensino a população. Algo importante mencionado no texto jornalístico diz respeito ao ensino gratuito, que segundo a matéria não é provido por aqueles que têm condições para fazê-lo. Segundo o texto⁶⁴: “Em nome da virtude e da generosidade humana, tão atrozmente conculcadas, em nome de tudo que é bom e nobre, Exm. Sr. o collegio d’educando, o collegio de educandos.”

O interessante era que este jornal, que se dizia abolicionista assim como o *Arauto Parahybano*, atrelava liberdade com a necessidade de instruir. São dois jornais, que em épocas distintas⁶⁵ defendem que o homem só alcançará a plenitude de seus direitos se for realmente liberto das amarras da ignorância. Como este objetivo seria atingindo? Proporcionando o acesso ao ensino as camadas menos abastadas, que neste caso representa a maior fatia da população.

Além disso, o caráter e a moral que o homem apresenta na vida adulta depende da educação proporcionada desde tenra idade. Ainda sobre a necessidade de se criar o colégio de educandos temos⁶⁶: “Sr. Presidente erga o collegio d’educandos, digne-se dar-lhe um bom regulamento, que a Assembléa, não desmanchará obra tão útil, depois de sahida das mãos de V. Exc.”.

⁶¹ Esta exposição foi feita em 21 de maio de 1883. O Externato Normal foi criado em 1884, mas só passou a funcionar de fato em 1885.

⁶² *Diario da Parahyba*. 23/04/1884. *Diario da Parahyba*. Parahyba, 23 de abril de 1884.

⁶³ Por mocidade me refiro as camadas pobres, tendo em vista que o texto em questão faz alusão unicamente a este seguimento.

⁶⁴ *Diario da Parahyba*. 11/02/1885. *Diario da Parahyba*. Collegio d’educandos.

⁶⁵ O jornal *Diário da Parahyba* que tivemos acesso é de 1884/1885 e o *Arauto Parahybano* data de 1888.

⁶⁶ *Diario da Parahyba*. 14/02/1885. *Diario da Parahyba*. Collegio d’educandos.

Este colégio foi considerado como um melhoramento importante para os redatores do jornal *Diario da Parahyba*. Localizamos pelos menos três matérias que tratam deste assunto, demonstrando que para este periódico a necessidade e a relevância da instrução eram incalculáveis. A representação da escola é tida como importante para o bom desenvolvimento da sociedade, uma área que nunca deveria sofrer cortes de recursos.

A necessidade de um ensino amplo e gratuito aparece na documentação. Todo homem, para se tornar cidadão e ter pleno conhecimento dos seus direitos precisaria ao menos saber ler e escrever. O amparo à criança é necessário e de responsabilidade do governo. Toda a argumentação do anônimo jornalista leva para necessidade da criação desta instituição. Ele utiliza como argumento, dentre outras coisas, do próprio orçamento provincial para demonstrar que a administração pública poderia sustentar o tão mencionado colégio de educandos.

Se por um lado grande parte da população lutava por um mínimo de instrução, por outro os estudantes que possuíam condições alcançavam o ensino superior. Comprova esta afirmação a ocorrência em vários volumes pesquisados mensagens de felicitações aos novos ingressos neste ensino, documentos que aparecem com relativa frequência.

Além disso, os discentes poderiam acompanhar nos jornais as listas de aprovados (presentes em vários periódicos), bem como o conteúdo programático. O *Diario da Parahyba* publicou no ano de 1885 a listagem com os assuntos das provas escrita e oral. O conteúdo de História, por exemplo, é bastante detalhado e exige domínio da história antiga⁶⁷, moderna e contemporânea⁶⁸.

Os estudantes também possuíam um periódico, intitulado *O Estudante*⁶⁹. Sua proposta era sair em defesa desta classe, sendo seu conteúdo voltado para cultura das letras. Surgiu no ano de 1885, mas não temos informações mais detalhadas do seu tempo total de existência. Mas, a este respeito podemos dizer que este periódico não se restringia apenas à educação. No mês de maio de 1885⁷⁰ encontramos um texto de um suplente da subdelegacia do 1º distrito da capital, o Sr. João Daniel da Cruz, que acusa o *Estudante* de levantar calúnias a seu respeito, acusando-o de cercar as 10 horas da noite a casa de um cidadão. Deste modo, fica

⁶⁷ Como o Brasil ainda não era um Estado laico e a religião estava presente nos diversos setores da sociedade é cobrado na prova referente ao mundo antigo, entre outras coisas, as tradições bíblicas.

⁶⁸ Infelizmente o conteúdo programático não foi localizado na íntegra no jornal, pois alguns exemplares não foram arquivados. Consultar anexo D.

⁶⁹ Não encontramos nenhum exemplar do referido jornal, sendo o mesmo mencionado apenas no jornal *Diario da Parahyba*.

⁷⁰ *Diario da Parahyba*. 07/05/1885. Columna Livre. Ao publico e ao Dr. Chefe de Polícia.

demonstrado (pelo menos nas referências feitas) que o conteúdo não estava restrito às letras, mas sim abrangendo outras áreas.

A fundação de uma academia de direito também aparece nos documentos⁷¹. Neste ponto, o estabelecimento em questão seria vantajoso tanto para os professores quanto para os alunos. Os docentes se preocupariam em manter a qualidade das suas aulas, precisando, para tanto, continuar seus estudos⁷². Sendo assim, quando surgisse a possibilidade de prestar concurso em uma Faculdade de Direito já estariam preparados. O estudante, por sua vez, não gastaria grandes somas de dinheiro indo estudar em outras províncias. Segundo a matéria: “Os moços que nem sempre podem estar no Recife, podem vantajosamente e com mais economia fazer seus estudos aqui”. Deste modo, a província ganharia importância e renome.

Esse assunto possuía relevância, pois é recorrente em mais de uma edição do jornal. Contamos nove textos sobre o tema e até um projeto de estatuto para o Instituto Jurídico Parahybano. Nos textos jornalísticos a “mocidade estudiosa” é comunicada sobre o debate e a mobilização que está ocorrendo em torno deste tema. Os jovens estudantes são chamados de moços cheios de vontade e inteligência, que agora poderiam se formar na própria terra natal. Mas, quem eram estes jovens? Pela própria narrativa exposta até agora fica claro que trata-se de filhos das classes mais abastadas, que futuramente iriam ocupar os cargos de destaque na província.

Sobre a formação de professores para o magistério primário temos no ano de 1884 a implantação da Escola Normal. Foi montada e implantada no governo do presidente Dr. Antonio Sabino do Monte, sendo a então solução no que diz respeito aos problemas da instrução primária. O referido presidente é referenciado no jornal como um bom administrador do dinheiro público, tanto pelo pouco recurso dispensado na implantação do Externato Normal como também por ter melhorado o estado em que se encontrava o Lyceu Paraibano, sempre priorizando a economia nos gastos⁷³.

Outro texto muito interessante aparece na edição nº 17 do *Publicador*⁷⁴. Em linhas gerais, é atribuída a profissão docente o status de “missão”. O bom professor deve estar ciente de que sua atual posição deve-se exclusivamente aos seus méritos, buscando se dedicar ao máximo para alcançar cargos mais elevados. O jornalista cita o caso da Alemanha onde o professor para alcançar outros postos passa por exames, sendo nomeado provisoriamente e

⁷¹ Diário da Parahyba. 14/05/1885. Noticiário. Ensino Superior Livre.

⁷² Algo semelhante a uma formação continuada.

⁷³ Não podemos afirmar se tais afirmações correspondem ao que de fato aconteceu. Esta perspectiva exposta foi baseada na matéria do jornalista do *Diário do Parahyba*. O texto é assinado pelo Partido Liberal.

⁷⁴ O Publicador. 06/07/1885. O Publicador. Instrução Primária e Secundária II.

apenas depois de alguns anos atinge sua nomeação definitiva. Qual a necessidade desta provação? A matéria assinala:

(...) depois de dous annos de exercicio passa por um novo exame e quando da boas provas de si é nomeado definitivamente. Esta precaução é excelente, porque um mestre pode ter conhecimentos necessários e não ter aptidões pedagógicas necessárias.

A ausência de uma política de valorização do magistério é, segundo a documentação consultada, um dos motivos pelo quais a instrução pública se encontra em estado pouco animador. Falta preparo para o docente e muitas vezes aptidões necessárias para profissão. Segundo Pinheiro (2008) esta idéia de aptidão pessoal esta ligada ao pensamento liberal. O Estado cria cadeiras de instrução primárias, mas algumas são denunciadas como sendo “cabides de emprego”. Esta postura clientelista é comprovada em Pinheiro (2002 : 32):

Como foi salientado anteriormente, o processo de extinção e criação de cadeiras isoladas não era tão simples: envolvia interesses tanto daqueles que estavam na estrutura do poder provincial e municipal, quanto da sociedade propriamente dita.

O autor trabalha com outro tipo de documentação, mas a recorrência da temática em documentos de origens tão distintas demonstra a relevância do assunto. A imprensa denunciava estes descasos, muito embora tivesse interesses próprios em fazê-lo, tendo em vista a acirrada disputa entre o partido conservador e liberal⁷⁵.

Porém, ocorriam exceções no que diz respeito as nomeações. Se o presidente era conservador, o normal seria que os indicados para os cargos da administração pública fossem do mesmo partido. No ano de 1886 o então presidente da província Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira nomeou para o cargo professor de sciencias phisicas e naturaes do externato normal o Sr. Eugenio Toscano de Brito. Indicação plenamente justificável, não fosse o primeiro do partido conservador e o segundo filiado ao partido liberal.

Este fato atípico movimentou a imprensa da época. *O Publicador* em sua edição do dia 10 de abril de 1886 diz que: “(...) e o Exm. Sr. Dr. Souza Bandeira sabia que nomeava para aquelles cargos um liberal e o Dr. Eugenio que recebia a nomeação de uma administração

⁷⁵ Como já foi dito anteriormente, a imprensa do oitocentos assumia uma forte postura política. Muitos eram órgãos declarados de partidos políticos. Como exemplo desta disputa partidária temos o caso citado no capítulo anterior do presidente de província Dr. Pedro Correia (Partido Conservador) e o jornal a *Gazeta da Parahyba* (ostentava a alcunha de neutro, mas seus membros eram liberais).

conservadora”. O jornal *O Liberal Parahybano*⁷⁶ alega que o ocupante para o cargo de diretor do Externato Normal deveria ser uma pessoa com conhecimento de causa, que tivesse domínio da pedagogia⁷⁷. A análise da documentação indica que até mesmo jornais conservadores como o *Jornal da Parahyba* e *O Monitor* aprovaram a indicação. Contudo, a crítica feita diz respeito a alguns liberais, que por não terem conseguido uma indicação deste nível acusam o Dr. Eugenio de se aliar a um conservador, crítica fortemente questionada na matéria em questão.

Esse tipo de indicação foge a prática do que normalmente acontecia na política paraibana. A partir das resenhas políticas analisadas até o momento fica claro que um administrador conservador indicar um liberal ou vice-versa era algo incomum. Neste caso, de acordo com a matéria, o que prevaleceu foi o bom senso e a recomendação de uma pessoa que realmente estava preparada para exercer a função.

Caminhamos agora para o ano de 1889 e consequentemente o fim do nosso estudo. O único jornal que cobre os momentos finais do império é a *Gazeta da Parahyba*. Periódico de feições tipicamente políticas que tem como redator chefe o tão mencionado Eugênio Toscano de Brito. Em linhas gerais, encontramos em suas páginas resenhas políticas, folhetins, anúncios dentre outros tipos de notícias.

Algo que destaca este periódico dos demais são as denúncias feitas em relação aos professores que supostamente estariam descumprindo suas funções. Um dos casos citados é o da Prof^a D. Alexandrina. Durante inúmeras edições encontramos o mesmo anúncio que acusa esta docente de receber proteção do governo, fato que a mantém no cargo diante da ínfima frequência da sua aula.

Outro que figura de forma negativa em uma matéria foi o Sr. Rodolpho Espinola, pois sua aula contava com a frequência de três alunos. A denúncia feita pela imprensa diz respeito ao envio de relatórios, por parte do professor, informando que a matrícula em sua aula é de 20 alunos, número que destoava da realidade. Para completar o clima de impunidade, o delegado da instrução que seria o responsável em fiscalizar este tipo de situação é parente do Sr. Espinola, demonstrando que em determinados casos prevalecia o jogo de influência.

No decorrer do ano de 1889 encontramos alguns indícios de movimentação de estudantes. Um ano antes o Brasil libertava seus escravos de um julgo que atravessava

⁷⁶ Este periódico não está disponível para pesquisa. As informações sobre este jornal foram coletadas em outros órgãos de imprensa.

⁷⁷ O periódico, pelo menos em seus comentadores, se mostrou favorável a nomeação de Eugenio Toscano de Brito.

séculos. Os discentes do ensino secundário preparam uma passeata para comemorar esta data. Segundo a matéria⁷⁸ “A tarde percorre as ruas uma luzida passeata organizada pelos estudantes de preparatorios, levando em sua frente uma rica bandeira, parando em frente as redacções dos jornaes e das residencias das pessoas que desejavam orar”.

Em outro texto⁷⁹ temos o relato de que as aulas do Lyceu Parahybano foram suspensas por um breve momento em virtude de um movimento realizado pelos estudantes. Não é relatada a causa do conflito, mas a força pública foi chamada para conter a manifestação, que seria realizada no Largo do São Francisco. A imprensa foi contra a repressão policial, tendo em vista que bastava suspender as aulas que o problema em parte estaria resolvido.

A matéria termina da seguinte forma: “A providencia tomada, mandando suspender as aulas do Lyceu, era por si só sufficiente para pôr termo a esse questão, e aos paes dos alumnos que frequentam o Lyceu cumpria fazer o resto, admoestando e aconselhando-os”. Documentos que tratam da atuação dos discentes fora de sala de aula são raríssimos, mas os que encontramos demonstram que de certa maneira que os estudantes também participavam, pelo menos timidamente, do cotidiano da província. Notícias sobre passeatas e movimentos desta natureza são escassas, mas existiram.

Em determinados momentos a administração pública contratou professores sem respeitar a legislação vigente. As normalistas, assim que concluíssem seus cursos teriam direito a ingressar no magistério público sem a necessidade de concurso. Mas, na administração do Sr. Pedro Correa que findou em 1889 algumas professoras, mesmo depois de diplomadas, não conseguiram assumir seus cargos. O jornal cita o Regulamento nº 36 para respaldar o direito adquirido das normalistas, mas mesmo com um novo presidente assumindo a província a situação ainda não tinha sido resolvida.

Em linhas gerais podemos concluir que os professores públicos primários careciam de uma melhor formação, além de terem sua profissão valorizada com um vencimento mais digno. Os jornalistas que escreveram estes textos sempre remontam a este lugar comum: a necessidade de melhor formar os docentes. Além disso, ficou claro que na política de nomeações de alguns presidentes estava o favorecimento, o que contribuiu para criar a imagem negativa em torno desse grupo social.

⁷⁸ Gazeta da Parahyba. 15/05/1889. 13 de maio.

⁷⁹ Gazeta da Parahyba. 01/10/1889. Motins no Lyceu.

Considerações finais

O presente trabalho buscou contar um pouco da nossa história educacional a partir da imprensa paraibana do século XIX, em especial a segunda metade do oitocentos. Fruto de um projeto de iniciação científica abarcou temas como a imprensa, os jornalistas paraibanos, aspectos populacionais, atos governamentais para abertura e fechamentos de cadeiras, professores, alunos dentre outros.

Inicialmente, procuramos entender de que forma o fazer jornalístico estava estruturado, analisando a constituição da imprensa paraibana como ponto inicial do nosso trabalho. Percebemos, dentre outras coisas que era impossível, na maioria dos casos, separar política e jornalismo. Além disso, foi alvo do nosso estudo a forma pela qual esse conhecimento circulava, para tanto analisamos as tiragens dos jornais e os censos populacionais realizados no império.

No século XIX existiam pouquíssimos meios de comunicação, sendo assim, a imprensa figurava como única fonte de informação. Para quem residia na capital os jornais chegavam com relativa facilidade, mas as cidades e povoações do interior sofriam com os problemas de logística. Em alguns casos, ficou demonstrado que a notícia chegava com quase um mês de atraso, através das ferrovias.

Na sequência, buscamos compreender de que forma a instrução estava representada nos textos jornalísticos. Em linhas gerais, o governo justificava a falta de investimentos neste setor pela ínfima arrecadação provincial. Mas, por outro lado, os orçamentos publicados nos próprios periódicos demonstravam que a instrução era bem servida com recursos, porém, não podemos afirmar que o destinado realmente foi aplicado.

Percebemos que, mesmo com o jogo político entre os partidos conservador e liberal, a imprensa exerceu sua função fiscalizadora. Temos resenhas, denúncias e comunicados relatando a situação da educação e cobrando soluções por parte do governo da província. Os jornais possuíam uma postura política partidária declarada, sendo assim, quando um presidente conservador, ou liberal, estava no poder existia um jornal ligado a este órgão para dar suporte. São frequentes as acusações entre os próprios periódicos, cada um defendendo a sua ideologia.

A imagem da instrução pública construída através do periodismo paraibano demonstra certo pessimismo, tendo em vista que na maioria dos casos só encontramos documentos lastimando a precária situação deste ramo da administração pública. A partir da leitura de outros textos produzidos por autores paraibanos não concordamos que a instrução se

encontrava neste caos retratado nos jornais. Porém, aos que desejam utilizar este material como fonte fazemos ressalvas. Toda pesquisa parte com a problematização das fontes. Os que escreviam nos jornais possuíam suas aspirações e desejos próprios, que muitas vezes se misturavam com os textos. As nossas fontes servem como ponto de partida e não como o fim.

Por último, tentamos compreender de que forma os professores e os estudantes eram retratados pelos jornalistas. Sobre os discentes pouco falamos em virtude da pouca recorrência de textos. Os docentes, por sua vez, são mencionados desde o primeiro jornal localizado, lá no longínquo ano de 1858. A partir das análises realizadas entendemos que existiam dois tipos de professores, os da instrução primária e os do ensino secundário.

Os secundaristas estavam vinculados ao Lyceu Parahybano, que durante o oitocentos figurou como único estabelecimento voltado para este fim. Sempre eram retratados como idôneos, capazes e zelosos pelo bem estar da instrução. Os da instrução primária, por sua vez, eram relegados a segundo plano. Em boa parte do material localizado são vistos como causa da educação se encontrar em estado precário. Em jogo estava à má formação, falta de aptidão para o magistério e os apadrinhamentos políticos.

Os jornais paraibanos do oitocentos constituem uma primorosa fonte para pesquisa. O presente trabalho monográfico busca propor caminhos e apresentar esta documentação. Mas, ainda há muito por fazer e perspectivas a serem aplicadas a este material. A nossa intenção inicial era contribuir com a história da educação paraibana. Esperamos ter oferecido ao leitor algumas pistas e indícios sobre a escrita jornalística relativa a instrução na província da Parahyba do Norte.

Referências

ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)*. In: Ó, Alarcon Agra do, et alli. *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural*. 3º ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e vida*. João Pessoa. 2ªed. 1986.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org). *Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>.

BEZERRA, Alcides. *A imprensa na Parahyba*. RIHGP. Ano XIV. Vol 5. Parahyba do Norte. 1920.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?*. São Paulo: Paz e Terra. 2002

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2008.

GOMES, Jandynéa de Paula Carvalho. *A profissionalização dos professores na Parahyba do Norte (1834-1889)*. In: FERRONATO, Cristiano & PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (orgs). *Temas sobre a instrução no Brasil imperial*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

LEAL, José. *A imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União. 1962.

RÊGO FILHO, Antônio Serafim. *Síntese histórica do jornalismo na Paraíba*. João Pessoa: A União. 1963.

MARIANO, Serioja. *A Paraibanidade como culto: A construção dos discursos históricos sobre 1817 no IHGP*. In: MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de M. (orgs). *Histórias da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária. 2003.

MARTINS, Eduardo. *Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos*. João Pessoa: A União, 1976.

_____. *Tipografia do Beco da Misericórdia*. João Pessoa: A União. 1978.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. p.15-119.

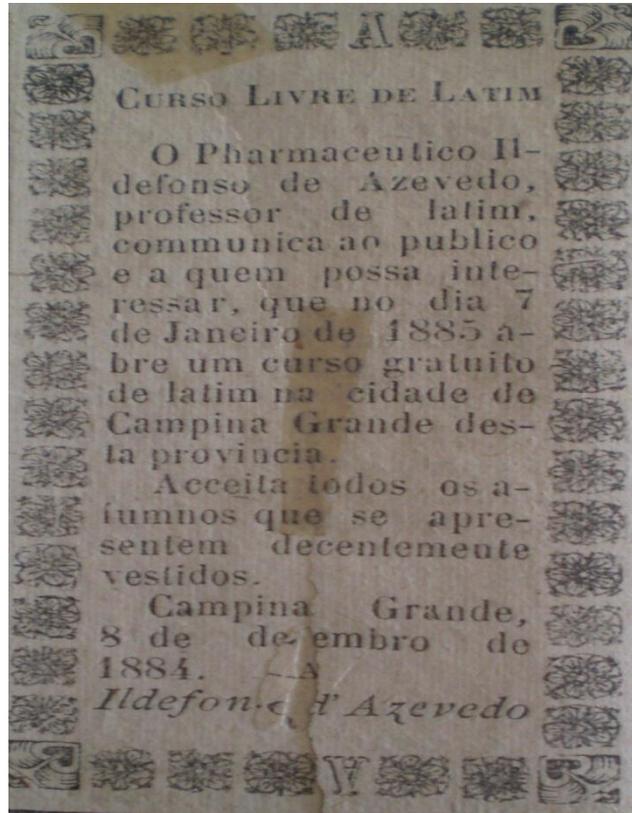
_____. A institucionalização da Instrução Pública e Particular na Província da Parahyba do Norte (1821-1840). In: FERRONATO, Cristiano & PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (orgs). *Temas sobre a instrução no Brasil imperial*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

PINHEIRO & CURY. *Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no período Imperial*. Brasília/DF: MEC/INEP/SBHE, 2004.

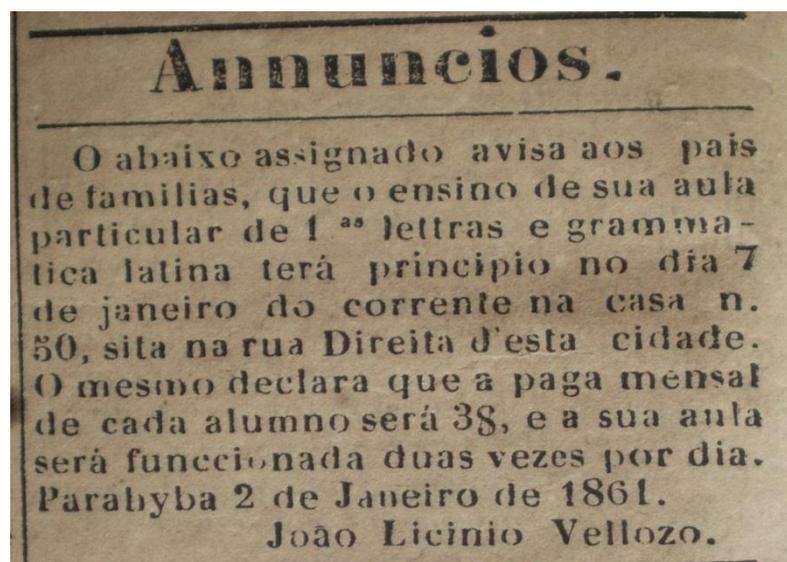
SÁ, Ariane Norma de Menezes. *Escravos, livres e insurgentes: Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – ANÚNCIOS



Fonte: Diario da Parahyba, 04 de fevereiro de 1885



Fonte: O Imparcial, 02 de janeiro de 1861

ANEXO B – LISTAGEM DE PROFESSORES

<i>Jubilados.</i>	<i>Removidos.</i>
<p>1.º O da 2.ª cadeira do bairro alto d'esta cidade, Joaquim Casado de Almeida Nobre. Portaria de 19 de Setembro de 1860.</p> <p>2.º O da Villa de Cuité, Bazilio Antonio da Costa.</p> <p>3.º O da de Cabaceiras, Francisco Ignacio da Silva.</p> <p>4.º O da de Patos, Francisco Herculano de Medeiros. Portarias de 25 de Outubro do mesmo anno.</p> <p>5.º O da Povoação de Araruna, José Martias da Silva.</p> <p>6.º O de Catolé, José Torquato de Sá Cavalcanti (a seu pedido).</p> <p>7.º O de Cuité da Independencia, Padre Antonio Fernandes Teixeira. Portarias de 26 do dito mez.</p> <p>8.º O da Cidade de Mamanguape, Francisco Pulquerio Gonsalves de Andrade. Portaria de 27 idem.</p>	<p>1.º O da Cachoeira de Cebola, Prudente Gabriel da Veiga Pessoa Junior, para 2.ª cadeira do bairro alto d'esta Cidade. Portaria de 25 de Outubro de 1860.</p> <p>2.º O de S. José de Piranhas, Tiburcio Valeriano da Silva Dourado para a de Catolé do Rocha. Portaria de 26 de Outubro do mesmo anno.</p> <p>3.º O de Tambaú, Manoel Maria Brayner, para a da Villa do Cuité. Portaria de 5 de Janeiro d'este anno.</p> <p>4.º O de Pedras de Fogo, Cyro Deocleciano Ribeiro Pessoa, para a de Mamanguape. Achao se, portanto, vagas, alem da de S. João de Piranhas, as cadeiras de Tambaú, Pedras de Fogo, Cuité da Independencia, Araruna, Serra do Pontes, Cabaceiras, Patos, Bethlém, e S. José de Piranhas.</p> <p>Anteriormente á estas alterações feitas por V. Ex. derão se em relação á instrucção publica os seguintes actos :</p>
<i>Remoções.</i>	<i>Demittidos.</i>
<p>1.ª Do professor da Villa da Independencia, Joaquim Ignacio de Lima Moura, para a cadeira da do Varadouro d'esta Cidade. Portaria de 10 de Abril do anno passado.</p> <p>2.ª Do professor da Cachoeira da Cebola, Manoel Henrique de Barros Cavalcanti, para a da Povoação do Gurinhem. Portaria de 24 de Maio do mesmo anno.</p> <p>3.ª Do professor de S. João de Piranhas, Claudio José da Silva, para a de Pocinhos. Portaria de 14 de Agosto do mesmo anno.</p> <p style="text-align: right;"><i>Continua.</i></p>	<p>1.º O interino da Povoação de Bethlém, Frederico Augusto Neiva Junior, Portaria de 25 de Outubro de 1861.</p> <p>2.º O da Serra do Pontes, Antonio Felix de Souza Pontes (a seu pedido). Portaria de 27 do mesmo mez e anno.</p>

Fonte: A Regeneração, 7 de agosto de 1861.

ANEXO C – ESTUDANTES

Estudante

Seguiu ante-hontem para a Bahia, onde vai cursar a faculdade de medicina, nosso joven comprovinciano Manoel Carlos de Gouveia Filho.

Boa viagem e felicidade lhe desejamos.

Fonte: Diario da Parahyba, 27 de março de 1885

ANEXO D – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS EXAMES DE PREPARATÓRIOS

HISTORIA	
<i>Antiga e media</i>	
<p>1—Antiguidade do homem sobre a terra tradições bíblicas. Vestígios do periodo pre-historico.</p> <p>As grandes civilizações antigas, raças cultas e incultas, raças historicas. Sua distribuição pela superficie da terra.</p> <p>2—Noções summarias (natureza do paiz, raças principais factos historicos, civilização, influencia relativa) sobre os antigos chinezes, egypcios, assy-</p>	<p>rios, babilonios, phenicios, judeus, hindous, medas e persas.</p> <p>3—A Grecia até a invasão dorica (territorio, raça influencia das phenicios e egypcios, estado social do periodo heroico).</p> <p>4—Da invasão dorica ás guerras medicas—1.º hegemonia de Sparta, Licurgo, Solon, Pisistrato, reformas de Clisthenes.</p> <p>5—Das guerras medicas á guerra do Peloponeso—Hegemonia de Athenas.</p> <p>6—Da guerra de Peloponeso ao tratado de Antalcidas—2.º hegemonia de Sparta.</p> <p>7—Preponderancia ephemera de Thebas—Hegemonia de Macedonia.</p> <p>8—Successores de Alexandre até á annexação da Grecia á republica romana.</p>
<p>9—A vida dos gregos, civilização, seus elementos, relações com a civilização oriental, influencia sobre o futuro da humanidade. Letras, sciencias e artes. O seculo de Pericles.</p> <p>10—A Italia antiga, seus primeiros habitantes, instituições primitivas, reformas de Servio Tullio.</p> <p>11—Instituição da republica, os patricios e os plebeus, conquista da Italia Central e Meridional.</p> <p>12—A republica senhora do Mediterraneo Occidental. Destruição de Carthago</p>	<p>13—A democracia e a dictadura em Roma, lutas intestinas, expedições militares.</p> <p>14—O Cesarismo, aniquilamento do partido republicano, Annexação do Egypto.</p> <p>15—De Augusto a Commodo, a vida dos romanos, civilização, letras e artes no seculo de Augusto.</p> <p>16—Reorganização do imperio. O absolutismo, reformas de Deocleciano.</p> <p>17—Constantino e seus successores até á divisão do imperio em 395.</p> <p>18—O mundo romano e o mundo barbaro. Influencia da civilização romana e do christianismo.</p>

19—Primeiro e segundo período das invasões dos bárbaros, estabelecimento destes nos diversos paizes da Europa.

20—Queda do imperio do Occidente. Imperio do Oriente, sua civilisação.

21—Invasão arabe. Mahomet e seus successores. Extensão do dominio arabe.

22—Clovis e Carlos Magno, imperio franco-romano.

23—Feudalismo, desenvolvimento e resultados. Imperio

romano-allemao. O sacerdocio do Imperio.

24—As cruzadas, seus resultados.

25—Progresso da civilisação do seculo IX ao XIII (letras, artes e sciencias).

26—Rivalidade entre a França e a Inglaterra, causas e resultados.

27—Mongões e Turcos-Otomanos. Tomada de Constantinopla.

(CONTINÚA)

ACTOS OFFICIAES

Novo programma

Para os exames geraes de preparatorios no corrente anno

HISTORIA

Mod. rna e contemporanea

(Continuação)

1—A Europa geographica e politica no fim do seculo XV.

2—França e Inglaterra, preponderancia da realza, Luiz XI, Guerra das duas Rosas até Henrique VII.

Henrique VIII.
3—Hespanha e Portugal. Nova derrota para as Indias. Descobrimto da America.

4—Guerras na Italia. Rivalidades das causas da Austria e França.

5—Lettras, sciencias e artes no seculo XVI.

6—Reforma protestante. Felipe II da Hespanha. Isabel da Inglaterra. Henrique IV de França.

7—Revolução de Cromwell. Desenvolvimento do poder maritimo da Inglaterra.

8—Paz de Westphalia. Richelieu. Tolerancia religiosa.

9—Hespanha e Portugal no seculo XVII.

10—Preponderancia da França. Guilherme III. A Russia entre as nações européas.	to da monarchia em França. Unificação da Italia.
11—Sciências, letras e artes no seculo XVII.	19—Novo imperio allemão. Regimen republicano em França.
12—O reino da Prussia, rivalidade com a Austria. Governo da régencia o Luiz XV em França. Portugal e Hespanha no seculo XVIII.	20—Unificação de nacionalidades. Italia, Allemanha e paizes salvos.
13—Sciências, letras e artes no seculo XVIII.	21—Resumo das grandes conquistas da humanidade nas principaes epochas da historia.
14—Revolução franceza Assembléa constituinte legislativa e convenção nacional.	(CONTINÚA)
15—Directorio, consulado e imperio.	
16—Emancipação das colonias hespanholas.	
17—Luiz XVIII e Carlos X em França. Formação do reino da Grecia e da Belgica.	
18—Queda e restabelecimen-	

Fonte: Diario da Parahyba, 29 de março de 1885.